



## Questões de Direito Processual Civil referente às provas da magistratura de Santa Catarina

Prova de 4 de agosto de 2002

**1ª Questão:** Examine as seguintes proposições sobre o exercício da jurisdição:

- I. A jurisdição, monopólio do poder estatal, é una e indivisível, embora o termo possa didaticamente diferenciar divisões da atividade jurisdicional em diferentes âmbitos.
- II. A jurisdição é exercida pelos juízes, não sendo atividade exclusiva do Poder Judiciário.
- III. A jurisdição pode excepcionalmente ser exercida pelo Poder Legislativo.
- IV. Pelo princípio da aderência os juízes apenas podem exercitar a jurisdição no âmbito do território nacional.
- V. O juiz aposentado que tenha encerrado a instrução probatória deve julgar o processo, em vista do princípio da identidade física.

Assinale a alternativa **certa**:

- a) Todas as proposições estão corretas
- b) Apenas a proposição III está incorreta
- c) As proposições II e V estão incorretas
- d) As proposições I, II, III e IV estão corretas
- e) As proposições II, III e V estão incorretas.

**2ª Questão:** Examine as seguintes proposições:

- I. O processo se origina por iniciativa da parte, por decorrência do princípio inquisitivo.
- II. O juiz somente poderá conhecer de pretensão deduzida pelo réu nas hipóteses de reconvenção e ação declaratória incidental. Nas ações dúplices, assim como nos pedidos contrapostos o pedido do réu será deduzido na contestação.



- III. As questões relativas às relações de consumo são de ordem pública, autorizando o juiz a sobre elas se pronunciar, independentemente de requerimento da parte ou interessado.
- IV. Em face do princípio da demanda, o juiz não pode, de ofício, suscitar incidente de uniformização da jurisprudência.
- V. No inventário, exibição de testamento, arrecadação de bens de ausente e de herança jacente o procedimento pode de ofício ser deflagrado por iniciativa do juiz.

Assinale a alternativa **certa**:

- a) As proposições I e IV estão incorretas.
- b) As proposições II, III e IV estão corretas
- c) Apenas a proposição V está incorreta
- d) Todas as proposições estão incorretas
- e) Apenas as proposições III, IV e V estão corretas.

**3ª Questão:** Considerando as proposições abaixo:

- I. A sentença *citra* ou *ultra petita* pode ser corrigida pelo próprio juiz, que suprirá a omissão, desde que instado em sede de embargos de declaração.
- II. Os vícios da sentença *extra* ou *ultra petita* só podem ser reparados por meio de recurso ou de ação rescisória.
- III. Sobre as matérias de ordem pública incide o princípio dispositivo.
- IV. Tem capacidade de ser parte a futura mãe, representando o nascituro, na ação de investigação de paternidade.
- V. Interesse e legitimidade são condições da ação, que devem ser apreciadas de ofício pelo Juiz.

Assinale a alternativa **certa**:

- a) Todas as proposições estão incorretas
- b) Todas as proposições estão corretas



- c) As proposições I, II e III estão incorretas
- d) Apenas a proposição III está incorreta
- e) As proposições III, IV e V estão corretas.

**4ª Questão:** Examine as seguintes proposições:

- I. Para interpretação de direito em tese descabe ação declaratória, desde que o Poder Judiciário não é órgão de consulta.
- II. Admite-se na ação declaratória antecipação de tutela para prover-se algum dos efeitos da sentença.
- III. Simples interpretação de cláusulas contratuais não enseja recurso especial e extraordinário.
- IV. É admissível cautelar antecedente à ação declaratória de inexistência de relação jurídica.
- V. O Mandado de Segurança não se presta à finalidade declaratória, nem para reclamar vencimentos atrasados, tampouco para atacar lei ou ato normativo em tese.

Assinale a alternativa **correta**:

- a) Apenas a proposição II está incorreta
- b) Apenas a proposição V está correta
- c) Todas as proposições estão corretas
- d) Apenas as proposições II, IV e V estão corretas
- e) As proposições I, III e IV estão incorretas.

**5ª Questão:** Examine as seguintes alternativas e assinale a **INCORRETA**:

- a) Sem a citação não há processo em curso e, portanto, não há litispendência.
- b) Havendo revelia depois da citação pessoal do réu, é inadmissível ação declaratória incidental, por ausência de interesse processual, já que a relação jurídica prejudicial não se tornou controvertida.



- c) O juiz da causa principal é o competente para o julgamento da ação declaratória incidental.
- d) O julgamento da ação declaratória incidental dá-se juntamente com a ação principal, na mesma sentença, comportando impugnação por recurso de apelação.
- e) É admissível ação declaratória incidental no procedimento sumário.

**6ª Questão:** Examine as seguintes proposições e assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Importa em inadmissibilidade do recurso, a não juntada aos autos do processo, pelo agravante, de cópia da petição do agravo de instrumento e do comprovante de sua interposição, assim como a relação dos documentos que instruíram o recurso.
- b) O relator poderá converter o agravo de instrumento em agravo retido, não se tratando de provisão jurisdicional de urgência ou não havendo perigo de lesão grave e de difícil ou incerta reparação.
- c) Cabem embargos infringentes quando o acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença terminativa ou definitiva, ou que houver julgado procedente ou improcedente ação rescisória.
- d) Nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito, o tribunal pode julgar desde logo a lide, se a causa versar sobre questão exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento.
- e) As questões de fato, não propostas no juízo inferior, poderão ser suscitadas na apelação, se a parte provar que deixou de fazê-lo por motivo de força maior.

**GABARITO**

01	02	03	04	05	06
D	A	D	C	E	C

Prova de 16 de março de 2003



**1ª Questão:** Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Constitui ato atentatório ao exercício da jurisdição, passível de multa não superior a 20% do valor da causa, sem prejuízo das sanções criminais, civis e processuais cabíveis, a desobediência ou a resistência às sentenças mandamentais.
- b) Na hipótese anterior, não sendo paga no prazo estabelecido, contado do trânsito em julgado da decisão final da causa, a multa será inscrita como dívida ativa da União ou do Estado.
- c) É possível deferir-se a tutela antecipada em relação à parcela ou parcelas do pedido que estejam apoiadas em fatos incontroversos, dispensado nesse caso o requisito da urgência.
- d) Não se aplica o princípio da fungibilidade às medidas antecipatórias de tutela, quando a esse título o autor requerer providência de natureza cautelar.
- e) Para que as medidas antecipatórias tenham efetividade poderá o autor promover, no que couber e conforme a natureza da tutela deferida, a execução provisória (art. 588) ou, ainda a execução de obrigação de fazer ou de não fazer (art. 461, §§ 4º e 5º).

**2ª Questão:** Examine as seguintes proposições e assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Reformada a sentença terminativa, o tribunal poderá desde logo julgar a lide, se a causa versar questão exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento.
- b) A audiência preliminar somente será realizada em causas versando direitos disponíveis.
- c) O juiz poderá desde logo sanear o processo e ordenar a produção da prova se o direito em litígio não admitir transação, ou se as circunstâncias da causa evidenciarem ser improvável sua obtenção.
- d) Submete-se ao duplo grau de jurisdição a sentença que anula o casamento.
- e) Descabe a devolução oficial ou a remessa de ofício das sentenças de procedência de



embargos do devedor na execução de dívida ativa não excedente a sessenta salários mínimos.

**3ª Questão:** Examine as seguintes proposições e aponte a alternativa **INCORRETA**:

- a) Em face do princípio da eventualidade, uma vez apresentada a contestação, não é dada ao réu a possibilidade de contestar novamente ou de completar ou aditar a já apresentada.
- b) A contestação e a reconvenção serão oferecidas simultaneamente, em peças autônomas. Todavia, o réu não precisará contestar para poder reconvir.
- c) O ônus da impugnação especificada dos fatos não se aplica ao advogado dativo, ao curador especial e ao órgão do Ministério Público. Podem, por isso mesmo, contestar por negação geral.
- d) Só a incompetência absoluta pode ser argüida em preliminar de contestação. A incompetência relativa deve ser argüida por meio de exceção, sob pena de preclusão, prorrogando-se a competência.
- e) A autoridade judiciária dispõe de poder para, em agindo de ofício, substituir, em sede de mandado de segurança, o órgão apontado como coator pelo impetrante. Nesse contexto, o juiz tem competência para ordenar a mutação subjetiva no pólo passivo da relação processual.

**4ª Questão:** Examine as seguintes proposições, e assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) É vedada ao juiz a decretação de ofício da incompetência relativa.
- b) A sentença que pronuncia a decadência ou a prescrição é definitiva.
- c) É terminativa a sentença que extingue o processo quando o autor renuncia ao direito sobre que se funda a ação.
- d) A lei processual confere o benefício da prioridade de todos os atos e diligências, em qualquer instância, em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 65 anos.



e) É passível de retratação a decisão que indefere a inicial, quando o autor interpor recurso de apelação.

**5ª Questão:** Assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) As diligências requeridas pelo Ministério Público são pagas a final pelo vencido, mas adiantadas pelo autor da ação.

b) A falta de intervenção do Ministério Público nas causas em que sua intervenção for obrigatória enseja a nulidade do processo, e será declarada ainda que ausente prejuízo ao interesse público.

c) A intervenção do Ministério Público poderá ocorrer por provocação da parte, por iniciativa do próprio órgão ministerial ou por iniciativa do juiz, de ofício, determinando sua intimação.

d) Os membros do Ministério Público são agentes políticos e assim como os juízes somente respondem por responsabilidade, quando agem com dolo ou fraude no exercício de sua função. Não estão sujeitos a responsabilidade quando agem com culpa.

e) Enseja nulidade a falta de intimação do Ministério Público nas hipóteses de obrigatoriedade e não a ausência de efetiva manifestação deste no processo quando regularmente intimado.

**6ª Questão:** No pertinente à ação civil pública, assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) Na ação civil pública o juiz não pode conferir efeito suspensivo aos recursos para evitar dano irreparável à parte, já que tal providência somente poderá ser deferida pelo tribunal competente.

b) Reparado o dano ambiental e não havendo base para a propositura de ação civil pública, o inquérito civil deve ser arquivado, sem prejuízo de eventuais providências penais.



- c) Qualquer pessoa poderá e o servidor público deverá provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil pública e indicando-lhe os elementos de convicção.
- d) Se, no exercício de suas funções, os juízes e tribunais tiverem conhecimento de fatos que possam ensejar a propositura da ação civil pública, remeterão peças ao Ministério Público para as providências cabíveis.
- e) Em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado assumirá a titularidade ativa.

**GABARITO:**

<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>05</b>	<b>06</b>
D	D	E	C	B	A

Prova de 27 de abril de 2003

**1ª Questão:** Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os atos das partes, consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade, produzirão a constituição, a modificação ou a extinção de direitos processuais, apenas após homologados por sentença.
- b) O autor poderá desistir da ação, mesmo após a citação, mas antes de decorrido o prazo de resposta, sem o consentimento do réu.
- c) A desistência da ação não obsta o prosseguimento da reconvenção.
- d) Os atos judiciais que não dependem de sentença, ou em que esta for meramente homologatória, como os atos jurídicos em geral, podem ser rescindidos por ação anulatória, descabendo a ação rescisória.
- e) O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.

**2ª Questão:** Assinale a alternativa INCORRETA:

A superveniência das férias forenses:





- a) Interrompe o curso dos prazos processuais.
- b) Não suspende os atos de jurisdição voluntária.
- c) Não suspende as causas de procedimento sumário elencadas no art. 275.
- d) Não suspende a prática de atos processuais consistentes, dentre outros, em separação de corpos, embargos de terceiro e nunciação de obra nova.
- e) Operada a citação, a fim de evitar perecimento de direito, a resposta do réu só começará a fluir no primeiro dia útil seguinte às férias.

**3ª Questão:** Sobre prazo processual, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os prazos processuais normalmente são prescritos em lei. Sendo a lei omissa, o juiz os determinará, tendo em conta a complexidade da causa.
- b) O intérprete, sempre que possível, deve orientar-se pela exegese mais liberal, atento às tendências do processo civil contemporâneo – calcado no princípio da efetividade e da instrumentalidade, tendo em mira que as sutilezas da lei nunca devem servir para impedir o exercício de um direito.
- c) Constitui abuso de poder a fixação de prazo exíguo pelo juiz, de forma a dificultar ou impedir a prática do ato processual pela parte ou interessado, bem como dilatá-lo a ponto de proporcionar desmesurada vantagem para uma parte em detrimento da outra.
- d) Suspende-se o curso do prazo por obstáculo criado pela parte, hipótese em que será restituído pelo tempo igual ao que faltava para a sua complementação.
- e) Podem as partes, de comum acordo, reduzir ou prorrogar os prazos peremptórios.

**4ª Questão:** Examine as seguintes proposições e assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Ainda que ordenada por juiz incompetente, a citação interrompe a prescrição;
- b) Considera-se inacessível, para efeito de citação por edital, o país que recusar o cumprimento de carta rogatória.



- c) A falta ou a nulidade da citação no processo de conhecimento, ocorrendo a revelia, possibilita a desconstituição da sentença nos embargos à execução;
- d) Oferecida a reconvenção, o autor reconvido será citado pessoalmente para contestar, no prazo de quinze dias.
- e) A lei processual não veda a reconvenção de reconvenção, sendo a hipótese cabível em tese, como uma das formas de resposta do reconvido.

**5ª Questão:** Examine as seguintes proposições e assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Pelo princípio da perpetuatio jurisdictionis determina-se a competência no momento em que a ação é proposta. Assim as mudanças de domicílio do réu, depois de ajuizada a demanda, não alteram a competência, já estabilizada com a propositura da ação.
- b) Compete exclusivamente a autoridade judiciária brasileira, conhecer de ações relativas a imóveis situados no Brasil, ainda que pertencentes a estrangeiro.
- c) Regem a competência em razão do valor e da matéria as normas de organização judiciária.
- d) O Supremo Tribunal Federal é competente para conhecer de mandado de segurança contra atos dos Tribunais de Justiça dos Estados ou de seus respectivos órgãos.
- e) A competência para a ação popular determina-se pela origem do ato a ser anulado. Assim, se o ato é do Prefeito, acusado de má aplicação de recursos públicos, a competência é da justiça comum, ainda que a verba seja oriunda da União.

**6ª Questão:** Ainda sobre competência, examine as seguintes proposições, apontando a alternativa INCORRETA:

- a) Em processo de conhecimento, admitida a assistência simples de empresa pública federal desloca-se a competência para a Justiça Federal.
- b) Compete ao Tribunal Regional Federal dirimir conflito de competência verificado, na respectiva região, entre juiz federal e juiz estadual investido de jurisdição federal.



c) Compete à Justiça Estadual, excluídas as reclamações trabalhistas, processar e julgar os feitos

relativos à movimentação do FGTS.

d) As causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado, sempre que a

comarca não seja sede de vara federal, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no foro do

domicílio dos segurados ou beneficiários. Nesse caso, o órgão recursal é o Tribunal Regional

Federal da área de jurisdição do juízo de primeiro grau.

e) A ação civil pública deve ser ajuizada no local onde ocorreu o dano. Havendo interesse da União

Federal, em se tratando de comarca que não seja sede de vara federal, será competente o juiz de

direito estadual. Sendo sede de vara federal, a competência será da justiça federal.

**7ª Questão:** Sobre prescrição e decadência, examine as seguintes proposições e aponte a alternativa INCORRETA:

- a) As ações constitutivas sem prazo previsto em Lei e as ações declaratórias são imprescritíveis.
- b) As ações declaratórias não podem ser ajuizadas quando já tenha ocorrido a violação do direito.
- c) As ações condenatórias estão sujeitas a prazo de prescrição.
- d) As ações constitutivas com prazo de exercício previsto em Lei, sujeitam-se a prazos de decadência.
- e) O juiz não pode de ofício reconhecer a prescrição intercorrente no processo de execução.

**8ª Questão:** Ainda sobre prescrição e decadência, examine as seguintes proposições e



aponte a alternativa INCORRETA:

- a) É imprescritível a ação de investigação de paternidade, mas não o é a de petição de herança.
- b) Por ser matéria de ordem pública, a decadência pode ser decretada de ofício pelo juiz.
- c) A prescrição é instituto destinado fundamentalmente a apenar o desidioso titular de direito individual.
- d) Os direitos difusos e coletivos do consumidor são de interesse social (CDC, art. 1º), de sorte que consulta o interesse público sua imprescritibilidade.
- e) Não interrompe a prescrição a citação realizada em procedimento preliminar, cautelar ou não, ainda que seja requisito necessário ao ajuizamento de posterior ação principal.

**9ª Questão:** Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Na exposição do fato e dos fundamentos jurídicos do pedido, não está excluída a aplicação dos aforismos "Da mihi factum, dabo tibi jus" e "Jura novit curia", interpretando-se que o juiz aplica o direito ao fato, ainda que aquele não tenha sido invocado.
- b) Ao pleitear medida cautelar o requerente deverá apontar, na petição inicial, a lide e seu fundamento, bem como a exposição sumária do direito ameaçado e o receio de lesão.
- c) A medida cautelar poderá ser substituída, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, pela prestação de caução ou outra garantia menos gravosa para o requerido, sempre que adequada e suficiente para evitar a lesão ou repará-la integralmente.
- d) O prazo decadencial de trinta dias para a propositura da ação principal não se aplica a ação cautelar incidente.
- e) Salvo decisão judicial em contrário, a medida cautelar cessa a sua eficácia durante o



período de suspensão do processo.

**10ª Questão:** Aponte a alternativa INCORRETA:

- a) A regra segundo a qual a execução fundada em título judicial processar-se-á perante o juiz que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição (conexão sucessiva) é norma de competência funcional, portanto relativa.
- b) Dar-se-á perante o juízo cível competente a execução de título judicial fundado em sentença penal condenatória.
- c) O devedor pode requerer ao juiz que mande citar o credor a receber em juízo o que lhe cabe conforme o título executivo judicial. Nessa hipótese, o devedor assume, no processo, posição idêntica à do exeqüente.
- d) A execução provisória fica sem efeito, sobrevindo sentença que modifique ou anule a que foi objeto de execução, restituindo-se as coisas no estado anterior.
- e) São absolutamente impenhoráveis os vencimentos dos magistrados.

**11ª Questão:** Assinale a resposta INCORRETA:

- a) Na ação civil pública a sentença fará coisa julgada erga omnes, exceto se ação for julgada improcedente por deficiência de provas.
- b) Ainda que litigando de má-fé a associação autora e os diretores responsáveis pela propositura da ação civil pública não estão sujeitos a perdas e danos.
- c) Não é absoluto o princípio da indisponibilidade do direito material discutido no Inquérito Civil ou na Ação Civil Pública, de sorte que, dependendo do caso concreto, pode haver transação entre o Ministério Público e o indiciado ou réu.
- d) Na ação popular, considera-se patrimônio público, que o cidadão visa proteger, postulando a declaração de nulidade de atos lesivos, os bens e direitos de valor econômico, artístico, estético, histórico ou turístico.
- e) A concessão do mandado de segurança não produz efeitos patrimoniais, em relação a período pretérito, os quais devem ser reclamados administrativamente ou pela via judicial própria.



**12ª Questão:** No pertinente aos Juizados Especiais, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O acordo extrajudicial, de qualquer natureza ou valor, ainda que não seja da competência do juizado especial, poderá ser homologado, no juízo competente, independentemente de termo, valendo a sentença como título executivo judicial.
- b) O acordo celebrado por escrito pelas partes, referendado pelo órgão do Ministério Público, valerá como título extrajudicial.
- c) Será admitida ação rescisória nas causas sujeitas ao procedimento dos juizados especiais.
- d) Da sentença proferida caberá recurso com efeito devolutivo. Todavia, o juiz poderá dar-lhe efeito suspensivo para evitar dano irreparável ou de difícil reparação para a parte.
- e) Da sentença homologatória de conciliação ou laudo arbitral descaberá recurso.

**GABARITO:**

<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>05</b>	<b>06</b>
A	A	E	D	D	C
<b>07</b>	<b>08</b>	<b>09</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>
B	E	E	A	B	C

Prova de 9 de novembro de 2003

**1ª Questão:** Examine as seguintes proposições acerca do instituto da coisa julgada:

- I. As denominadas *sentenças processuais* (extintivas sem julgamento de mérito) fazem coisa julgada material.
- II. As sentenças proferidas em sede de procedimento de jurisdição voluntária fazem apenas coisa julgada formal.
- III. Não transitam em julgado as decisões proferidas em processo cautelar, salvo se versarem sobre prescrição ou decadência de direito ligado ao processo principal.



IV. Nas relações continuativas, sobrevindo modificação no estado de fato ou de direito, é possível a alteração do provimento jurisdicional anteriormente obtido.

V. As razões de decidir, porque relativas aos motivos da sentença, fazem coisa julgada material.

Assinale, dentre as alternativas abaixo, a **correta**.

- a) As proposições I, II e V estão corretas.
- b) Apenas as proposições II, III e IV estão corretas.
- c) As alternativas II, IV e V estão corretas.
- d) Apenas as alternativas I, III e IV estão corretas.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

**2ª Questão:** Sobre a coisa julgada e sobre figuras que lhe são assemelhadas, examine as seguintes proposições:

I. A *justiça da decisão* confunde-se com a verdade dos fatos sobre a qual se assenta a decisão.

II. O assistente, intervindo no processo e produzindo alegações e provas tempestivamente será

atingido pela *justiça da decisão*. Em tal hipótese não poderá discutir, de regra, a verdade dos fatos que embasou decisão que lhe tenha sido eventualmente desfavorável.

III. Somente a lide é acobertada pela coisa julgada material, que a torna imutável e indiscutível, tanto no processo em que foi proferida a sentença, quanto em futuro processo.

IV. Pelo *princípio do dedutível e do deduzido*, passada em julgado a sentença de mérito, reputar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e defesas que a parte poderia opor assim ao acolhimento como à rejeição do pedido.

V. A eficácia preclusiva é um dos efeitos decorrentes da coisa julgada, atingindo os



fundamentos do decisório acobertado pela autoridade da coisa julgada.

Assinale a alternativa **correta**:

- a) Apenas as alternativas II, III e V estão corretas.
- b) As alternativas I, II e IV estão incorretas.
- c) Todas as alternativas estão corretas.
- d) As alternativas I e V estão incorretas.
- e) Todas as alternativas estão incorretas.

**3ª Questão:** No que pertine à eficácia das leis processuais no tempo e no espaço, examine as seguintes proposições:

- I. O Código de Processo Civil, em tema de direito intertemporal, adotou o *princípio “tempus regit actum”*.
- II. O princípio que regula as leis processuais no tempo é o da irretroatividade, ou seja, a lei nova, ao entrar em vigor, disciplina os processos em curso, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.
- III. O princípio que define a eficácia espacial das normas processuais é o da territorialidade (*lex fori*).
- IV. Pelo nosso sistema processual permite-se a aplicação direta pelo juiz da norma processual estrangeira.
- V. Pelo nosso sistema processual só indiretamente se permite ao juiz examinar norma processual estrangeira, quando verificar se um ato processual realizado em outro território pode ser considerado válido e eficaz.

Assinale a alternativa **correta**:

- a) Apenas as alternativas I, II, III e V estão corretas.
- b) Todas as alternativas estão incorretas.





- c) Apenas as alternativas I, II e V estão corretas.
- d) Apenas as alternativas II e IV estão incorretas.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

**4ª Questão:** Sobre litisconsórcio, examine as seguintes proposições:

- I. O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa.
- II. Os litisconsortes, via de regra, serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos; os atos e as omissões de um não prejudicarão nem beneficiarão os outros.
- III. O recurso interposto por um dos litisconsortes a este somente aproveita, salvo se distintos ou opostos os seus interesses.
- IV. Havendo solidariedade passiva, o recurso interposto por um devedor aproveitará aos outros, quando as defesas opostas ao credor lhes forem comuns.
- V. Nas causas relativas ao estado de pessoa, se houverem sido citados no processo, em litisconsórcio necessário, todos os interessados, a sentença produz coisa julgada contra terceiros.

Assinale a alternativa **correta**:

- a) Apenas as alternativas I, II, e IV estão corretas.
- b) Apenas a alternativa III está incorreta.
- c) Todas as alternativas estão corretas.
- d) As alternativas III, IV e V estão corretas.
- e) Todas as alternativas estão incorretas.

**5ª Questão:** Quanto à prova, examine as seguintes proposições:

- I. Em matéria de prova, nosso sistema processual adotou o *princípio da persuasão*



*racional.*

II. Pelo *princípio da aquisição processual* (ou da comunicação) a prova, uma vez produzida, é adquirida pelo processo, não podendo dele ser extraída ou desentranhada, sendo irrelevante saber-se quem a produziu.

III. O poder instrutório do juiz respeita à sua atividade no sentido da realização da prova, já a distribuição do ônus probatório é regra de julgamento, aplicável na sentença, quando a prova já tiver sido realizada.

IV. A prova legal é disciplinada por normas imperativas, cujo desrespeito acarretará a impossibilidade de se ter como provado o fato jurídico a que ela se refere.

V. Sempre que a prova for obtida por meio ilícito, deve ser tratada com reservas. Todavia, se o direito em debate for relevante, envolvendo questões de alta carga valorativa, é admissível, em tese, reconhecer-se eficácia a tal prova.

Assinale a alternativa **correta**:

- a) Apenas as alternativas I e V estão incorretas.
- b) Apenas as alternativas II, III e IV estão corretas.
- c) Apenas a alternativa II está incorreta.
- d) Todas as alternativas estão corretas.
- e) Todas as alternativas estão incorretas.

**6ª Questão:** Examine as seguintes proposições:

I. O pedido de desistência da ação principal, com a conseqüente extinção do processo, obsta o prosseguimento da oposição.

II. Extinta a ação principal por ilegitimidade passiva do réu, não pode prosseguir a denunciação da lide feita por este a terceiro.

III. O denunciado pode exercer direito de regresso contra outrem, fazendo-o por meio de nova litisdenunciação, já que o nosso sistema processual admite a denunciação sucessiva.



IV. Cabe o chamamento ao processo na execução.

V. Caso não aceite, ficará sem efeito a nomeação à autoria, prosseguindo-se a ação contra o réu originário. Já a não aceitação, pelo autor, da nomeação à autoria feita pelo réu corre por sua conta e risco, ante a possibilidade de o juiz reconhecer a ilegitimidade passiva *ad causam* e extinguir o processo sem julgamento do mérito, por carência de ação.

Assinale a alternativa **correta**:

- a) As alternativas III, IV e V estão corretas
- b) As alternativas I, IV e V estão incorretas
- c) Todas as alternativas estão incorretas
- d) Apenas as alternativas I e IV estão incorretas
- e) Apenas as alternativas I e III estão incorretas

**GABARITO**

<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>05</b>	<b>06</b>
B	C	A	B	D	D

Prova de 15 de fevereiro de 2004

**1ª Questão:** Assinale a alternativa **INCORRETA**:

Há ocorrência de litisconsórcio passivo necessário dos cônjuges, nas ações:

- a) que versem sobre direitos reais imobiliários.
- b) resultantes a fatos que dizem respeito a ambos os cônjuges ou de atos praticados por eles.
- c) que versem sobre direitos pessoais imobiliários.
- d) fundadas em dívidas contraídas pelo marido a bem da família, cuja execução deva



recair sobre produto do trabalho da mulher.

e) nas ações possessórias, nas hipóteses de comosse ou de ato praticado por ambos.

**2ª Questões:** Sobre a representação processual em juízo, ativa ou passiva, assinale a resposta INCORRETA:

- a) As normas processuais regulam a representação no âmbito do processo. Os aspectos substanciais da representação são disciplinados pela lei material;
- b) A pessoa jurídica estrangeira é representada pelo gerente, representante ou administrador de filial, agência ou sucursal aberta ou instalada no Brasil;
- c) A sociedade sem personalidade jurídica, quando demandada, poderá opor a irregularidade de sua constituição;
- d) Sendo o inventariante dativo, todos os herdeiros e sucessores do falecido serão autores ou réus nas ações em que o espólio for parte;
- e) O gerente da filial ou agência presume-se autorizado, pela pessoa jurídica estrangeira a receber citação inicial para o processo de conhecimento, de execução, cautelar e especial.

**3ª Questões:** Sobre jurisdição, assinale a resposta INCORRETA:

- a) A jurisdição é monopólio estatal. Entretanto, podem os interessados optar por meio não estatal de exercício da jurisdição, capaz de por fim à lide.
- b) A arbitragem, nos conflitos a ela submetidos por deliberação dos interessados, constitui exercício delegado da jurisdição, por isso se insere no conjunto dos meios para a solução da lide.
- c) A arbitragem, expressamente prevista em lei, não implica violação ao princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional (CF, art. 5º, inc. XXXV).
- d) A solução da lide por equidade, prevista tanto nos Juizados Especiais como na Lei de Arbitragem, embora permita decisões afastadas do princípio da legalidade estrita, compõe o espectro de soluções admitidas pelo sistema jurídico.



e) A arbitragem poderá ser somente de direito, sendo irrelevante, neste sentido, a vontade das partes.

**4ª Questões:** Sobre a causa de pedir, na petição inicial, aponte a alternativa INCORRETA:

- a) Os fundamentos jurídicos do pedido se confundem com os fundamentos legais.
- b) A lei não exige que o autor mencione o artigo de lei em que se baseia o pedido.
- c) A errônea capitulação legal não conduz à inépcia.
- d) O nome que se dê a ação é irrelevante, tanto que o art. 282 do CPC não o exige.
- e) O nosso sistema processual adotou o princípio da substanciação, ou seja, a relação jurídica é emergente de fatos, sendo necessária a exposição destes para a compreensão daquela.

**5ª Questão:** Assinale a resposta INCORRETA, acerca do recurso próprio das seguintes decisões:

- a) Da exclusão de um dos litisconsortes passivos da relação processual, no despacho saneador, cabe agravo de instrumento.
- b) Da concessão de antecipação de tutela, cabe apelação, por envolver decisão de mérito.
- c) O incidente de impugnação do valor da causa desafia agravo de instrumento.
- d) A decisão concessiva ou negativa de liminar, em sede de ação cautelar, é agravável.
- e) Será retido, de regra, o agravo das decisões proferidas na audiência de instrução e julgamento e das posteriores à sentença.

**6ª Questão:** Assinale a resposta INCORRETA, acerca da antecipação de tutela:

- a) Concedida ou não a antecipação de tutela, prosseguirá o processo até final julgamento.
- b) Sendo incontroverso apenas um dos pedidos cumulados ou parcela deles, a



antecipação de tutela não poderá ser concedida.

- c) O juiz pode deferir providência de natureza cautelar incidental no processo ajuizado, presentes os pressupostos, ainda que requerida a título de antecipação de tutela.
- d) É possível a concessão de tutela antecipatória, caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.
- e) Estando presentes os pressupostos, a medida pode ser concedida no tribunal, se já proferida a sentença de primeiro grau de jurisdição, e até mesmo nos tribunais superiores, em fase de recurso especial ou extraordinário.

**7ª Questão:** Assinale a resposta INCORRETA, ainda acerca da antecipação de tutela:

- a) A liminar concessiva da antecipação de tutela é desde logo passível de efetivação prática.
- b) De regra, na medida em que a urgência da situação e as peculiaridades do bem jurídico assim o exijam, o provimento antecipatório terá força mandamental e/ou executiva lato sensu.
- c) Poderá ter a tutela de urgência natureza inibitória, podendo efetivar-se no próprio processo do deferimento através de medidas atípicas de substituição de conduta da parte demandada.
- d) Na hipótese do autor perder a ação, não se aplica a responsabilidade objetiva, efetivada a medida por execução provisória.
- e) As providências concretas efetivadas com base na decisão antecipatória poderão vir a ser desfeitas, se o provimento final do processo for contrário à parte que obtivera a tutela antecipada.

**8ª Questão:** Ainda sobre antecipação de tutela, assinale a resposta INCORRETA:

- a) A antecipação de tutela submete-se ao princípio inquisitivo.
- b) Em tese é passível de antecipação de tutela qualquer processo de conhecimento, seja condenatório, constitutivo, declaratório, mandamental.



- c) Aplica-se o princípio da proporcionalidade para o exame do provimento antecipatório, ainda quando esteja em jogo um interesse não indenizável, sopesando-se os valores em questão.
- d) Consideram-se reversíveis os efeitos do provimento toda vez que puder haver indenização e esta seja capaz de efetivamente compensar o dano sofrido.
- e) É possível ao juiz antecipar a tutela no bojo da própria sentença, presentes os requisitos legais, havendo postulação do autor.

**9ª Questão:** Assinale a resposta INCORRETA, acerca da revelia:

- a) A ausência injustificada do réu à audiência de instrução e julgamento ou à sessão de conciliação, nos Juizados Especiais Cíveis, produz revelia, reputando-se verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do juiz;
- b) No procedimento sumário não é exigível o comparecimento pessoal do réu à audiência de conciliação, já que poderá ser representado por preposto, ainda que sem poderes para transigir;
- c) A revelia pressupõe citação válida. Se nula ou inexistente a citação, o vício alcança todos os atos subsequentes, não se podendo cogitar dos efeitos da confissão ficta;
- d) Em sentido amplo a pena de revelia pode ser cominada ao réu por descumprimento de outro ônus processual que não seja o de defender-se. Assim, falecendo o procurador do demandado, não constituindo este outro mandatário no prazo de vinte dias, o processo prosseguirá à sua revelia;
- e) Do mesmo modo, verificada a incapacidade processual ou irregularidade da representação, se o réu não sanar o defeito, no prazo assinado pelo juiz, será reputado revel.

**10ª Questão:** Assinale a resposta INCORRETA:

- a) O reconhecimento da procedência do pedido alcança o direito e não somente os fatos, como a confissão;



- b) No litisconsórcio passivo, o reconhecimento do pedido por um dos réus não deve prejudicar os demais, assim como a confissão de um não alcança dos demais litisconsortes;
- c) Das diversas modalidades de intervenção de terceiros previstas no Código, o réu somente poderá provocar a nomeação à autoria, a denúncia da lide, o chamamento ao processo e a ação declaratória incidental;
- d) Para o cabimento da ação declaratória incidental, é necessário que o réu conteste rebatendo especificamente o ponto que será objeto da referida ação. Já a reconvenção pode ser apresentada independentemente de contestação;
- e) A ação declaratória incidental só pode objetivar a declaração (positiva ou negativa) da relação jurídica subordinante, enquanto a reconvenção pode ter conteúdo constitutivo ou condenatório.

**11ª Questão:** Assinale a alternativa INCORRETA, acerca da prova:

- a) Os fatos que são objeto de prova são litigiosos. Por isso, não podem ser provados os fatos inconcludentes ou irrelevantes, que não tenham o condão de resultar alguma consequência jurídica relevante para o processo.
- b) Ao juiz é dado aplicar ao processo as regras da experiência, tendo como certos aqueles fatos que a própria vida demonstra que acontecem, independentemente de prova.
- c) Deve-se provar o direito invocado, inclusive seu teor e vigência, se assim o determinar o juiz, sendo tal direito estadual, municipal, estrangeiro e consuetudinário.
- d) Pode a sentença se fundar unicamente em prova emprestada, ainda que as partes não tenham tido a oportunidade de se manifestar sobre ela.
- e) Em se tratando de direito indisponível, o poder instrutório do juiz é pleno.

**12ª Questão:** Ainda sobre prova, assinale a resposta INCORRETA:

- a) O depoimento pessoal, embora indelegável em tese, pode ser prestado pelo procurador com poderes expressos, em nome da parte, tendo conhecimento dos fatos.





- b) O interrogatório da parte sobre fatos da causa, determinado de ofício pelo juiz, havendo recusa ou falta injustificada à audiência, resulta em pena de confesso.
- c) Pelo princípio do livre convencimento motivado, cabe ao juiz analisar todos os elementos de prova existentes nos autos, e, fundamentadamente, julgar conforme a prova que mais o convenceu.
- d) A confissão ficta não alcança o litisconsorte.
- e) Por razões de ordem ética, a parte não está obrigada a responder sobre fatos que possam lhe trazer conseqüências mais sérias do que a sucumbência.

**GABARITO:**

<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>05</b>	<b>06</b>
C	C	E	A	B	B
<b>07</b>	<b>08</b>	<b>09</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>
D	A	B	C	D	B

**1ª Questão:** Assinale a alternativa **INCORRETA**, considerando diferentes situações acerca da reconvenção:

- a) É admissível reconvenção em ação declaratória.
- b) Descabe reconvenção para postular o que se obteria com a simples contestação nas ações dúplices, dada inexistência de interesse processual no ajuizamento da demanda reconvenicional.
- c) Não se admite reconvenção nas ações de alimentos por incompatibilidade de rito.
- d) Admite-se reconvenção, ajuizada simultaneamente contra o autor e terceiro que não seja parte na ação principal.
- e) Não se admite reconvenção se a competência para a ação principal é da justiça estadual e a da reconvenção da justiça federal.

**2ª Questão:** Acerca do ônus da prova, assinale dentre as alternativas abaixo, a **correta**:



- a) No mandado de segurança, o ônus da liquidez e certeza do direito, mediante prova processual pré-constituída, é do impetrante, aplicando-se, por isso mesmo, o princípio da confissão ficta por ausência de contestação ou intempestividade das informações.
- b) O revel, em processo cível, pode produzir prova, desde que compareça em tempo oportuno.
- c) O fato notório deve ser provado pelas partes.
- d) São havidos como controvertidos os fatos alegados pelo autor e não contestados pelo réu, que não se presumem verdadeiros.
- e) Na ação popular o autor não tem o ônus de provar a ilegalidade do ato e a lesão ao patrimônio público, incumbindo ao réu a produção da prova negativa do fato alegado.

**3ª Questão:** Ainda sobre a prova, examine as proposições abaixo:

- I. Na ação de despejo, o autor tem o ônus de provar a existência da relação locatícia.
- II. Nas ações de estado, a revelia do réu não dispensa o autor de provar os fatos constitutivos do seu direito.
- III. Na ação pauliana ou revocatória incumbe ao autor provar o *consilium fraudis*, a *sciencia fraudis* e o *eventus damni*, requisitos necessários para demonstrar-se que o negócio jurídico foi havido em fraude contra credores.
- IV. Na ação *ex empto* (Código Civil, art. 1136), compete ao comprador o ônus da prova da existência da falta da área reclamada.
- V. Na ação reivindicatória é do autor o ônus da prova da existência do título de domínio que o autoriza a reivindicar o imóvel de quem injustamente o possui.

Dentre as alternativas acima assinale a **correta**:

- a) Todas as alternativas estão corretas
- b) Apenas a alternativa II está incorreta
- c) Todas as alternativas estão incorretas



- d) As alternativas I, III e V estão corretas
- e) As alternativas II e III estão incorretas

**4ª Questão:** Examine as seguintes proposições:

- I. A desistência da ação, ou a existência de qualquer causa que a extinga, não obsta o prosseguimento da reconvenção.
- II. Citado o réu, a lide se estabiliza e ao autor não é mais permitido alterar os elementos da causa, sem consentimento do réu.
- III. A desistência da ação só produz efeito após homologada por sentença.
- IV. Do despacho saneador, se não há recurso em tempo hábil, ocorre a preclusão consumativa.
- V. Desaparecida a lide, por ausência de resistência, impõe-se ao juiz a prolação de sentença, pondo fim definitivamente ao processo.

Dentre as alternativas assinale a **correta**:

- a) As alternativas I, II e IV estão incorretas
- b) Apenas as alternativas II, IV e V estão corretas
- c) As alternativas I, II, IV estão corretas
- d) Todas as alternativas estão incorretas
- e) Todas as alternativas estão corretas

**5ª Questão:** Examine as seguintes proposições e assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A preclusão alcança as questões expressamente decididas, por provocação das partes ou de ofício.
- b) Para o juiz não há preclusão em matéria de provas.



- c) O despacho saneador é uma decisão interlocutória que cumpre uma tríplice declaração positiva: a admissibilidade do direito de ação; a validade do procedimento e o deferimento das provas.
- d) No saneador, recusada a arguição de prescrição ou decadência, sem extinção do processo, haverá coisa julgada material, por se tratar de solução de questão de mérito. Nesse caso, o recurso próprio será a apelação.
- e) O Código, em matéria probatória, adotou o *princípio da persuasão racional*.

**6ª Questão:** Examine as seguintes proposições:

- I. Prevalece em nosso sistema processual o *princípio da imediação*, em termos de colheita das provas.
- II. Pelo *princípio da probidade processual* compete às partes e seus procuradores, dentre outros deveres, expor os fatos em juízo conforme a verdade.
- III. O descumprimento do dever de probidade, não sujeita o autor, o réu ou interveniente a perdas e danos.
- IV. Constitui litigância de má-fé interpor recurso manifestamente protelatório.
- V. O juiz ou tribunal, de ofício, ou a requerimento das partes, condenará os litigantes de má-fé, na proporção do seu respectivo interesse na causa, ou solidariamente aqueles que se coligarem para lesar a parte contrária.

Assinale a alternativa **correta**:

- a) As alternativas I, III e IV são incorretas
- b) As alternativas II e IV são incorretas
- c) Apenas a alternativa III é incorreta
- d) As alternativas III, IV e V são corretas
- e) Todas as alternativas estão corretas



**7ª Questão:** Examine as seguintes proposições e aponte a alternativa **INCORRETA**:

- a) A transação, como negócio jurídico bilateral destinado a extinguir o litígio deduzido em juízo, tem eficácia imediata, sendo negócio jurídico perfeito e acabado logo que se verifique a declaração de vontade convergente dos litigantes.
- b) Para o processo, a eficácia da transação dá-se no momento em que o juiz homologa o negócio jurídico concluído entre as partes.
- c) A desistência da ação só opera efeitos jurídicos depois de homologada por sentença.
- d) A homologação da transação é ato jurisdicional dotado de dupla eficácia: põe fim à relação processual e outorga ao ato negocial das partes qualidade de ato processual, com aptidão para gerar a coisa julgada e título executivo judicial.
- e) A renúncia do direito sobre que se funda ação, assim como a desistência do processo, alcançam o direito material e eliminam o direito de ação, dependendo a primeira da aquiescência do réu.

**8ª Questão:** Sobre competência, examine as seguintes proposições:

- I. A competência se determina no momento em que a ação é proposta. Assim, a criação de uma nova Vara na Comarca, com competência privativa para família e sucessões, não importa em modificação da competência pré-existente.
- II. Proposta a execução fiscal, a posterior mudança de domicílio do executado, desloca a competência já fixada.
- III. Se um dos réus, cujo domicílio serviu de base para a fixação da competência relativa, for afastado da relação processual por ilegitimidade de parte, não deslocará a competência do juiz a quo.
- IV. A transferência de município para outra comarca não modifica a competência relativa para as causas já ajuizadas.
- V. No caso de extinção do órgão jurisdicional não se aplica o princípio da *perpetuatio jurisdictionis*, devendo o julgamento dar-se pelo órgão que o substituiu.



Assinale a alternativa **correta**:

- a) Todas as alternativas são incorretas
- b) Apenas as alternativas I e II são incorretas
- c) As alternativas I, II, IV e V são corretas
- d) As alternativas III e IV são incorretas
- e) Todas as alternativas são corretas

**9ª Questão:** Sobre competência examine as seguintes proposições, e assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A competência absoluta é ditada no interesse público, ao passo que a relativa é atribuída tendo em vista o interesse privado das partes.
- b) A competência absoluta é pressuposto processual de validade, não podendo ser modificada pela vontade das partes; pode ser examinada de ofício pelo juiz, e argüida por qualquer das partes, independentemente de exceção, a qualquer tempo e grau de jurisdição; não está sujeita à preclusão; e enseja o juízo rescisório.
- c) A competência relativa pode ser modificada por convenção das partes ou por inércia do réu; não pode ser declarada de ofício pelo juiz; não ensejando nulidade dos atos processuais, todavia permite o juízo rescisório.
- d) Compete à Justiça Estadual processar e julgar os litígios decorrentes de acidente do trabalho.
- e) Pelo nosso sistema processual é absoluta a competência material e funcional e relativa a territorial e a estabelecida em razão do valor da causa.

**10ª Questão:** Sobre os Juizados Especiais, aponte a alternativa **INCORRETA**:

- a) A lei prevê expressamente o abrandamento da jurisdição de direito, permitindo o julgamento por equidade, possibilitando a aplicação da lei que se reputar mais justa e



equânime para o caso.

- b) O juiz tem amplo poder instrutório, podendo determinar as provas que entender necessárias, mesmo contra a vontade expressa das partes, dando ênfase às regras de experiência comum ou técnica.
- c) As pessoas jurídicas, com exceção das microempresas, não podem ser autoras.
- d) O maior de 18 anos somente poderá ser autor se assistido, inclusive para efeito de conciliação.
- e) Não se admite intervenção de terceiro no processo, todavia o litisconsórcio, em qualquer de suas formas é admitido.

**11ª Questão:** Assinale a resposta **INCORRETA**:

- a) Nas ações individuais ou coletivas na defesa do consumidor, poderá ser deduzido pedido de liminar, na própria petição inicial, sendo desnecessário o ajuizamento de ação cautelar autônoma.
- b) Não é aplicável à ação individual ou coletiva do consumidor em juízo o instituto da tutela antecipada de mérito.
- c) São direitos difusos aqueles cujos titulares não se pode identificar. A ligação entre eles se dá por circunstâncias de fato.
- d) Nos direitos coletivos os titulares são indeterminados, mas determináveis, ligados entre si, ou com a parte contrária, por relação jurídica base.
- e) Nos direitos individuais homogêneos o titular é perfeitamente identificável e o objeto é divisível e cindível, sendo o direito individual de origem comum.

**12ª Questão:** No pertinente à ação civil pública, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Na ação civil pública o juiz não pode conferir efeito suspensivo aos recursos, para evitar dano irreparável à parte.



- b) Reparado o dano ambiental e não havendo base para a propositura de ação civil pública, o inquérito civil deve ser arquivado, sem prejuízo de eventuais providências penais.
- c) Qualquer pessoa poderá e o servidor público deverá provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil pública e indicando-lhe os elementos de convicção.
- d) Se, no exercício de suas funções, os juízes e tribunais tiverem conhecimento de fatos que possam ensejar a propositura da ação civil pública, remeterão peças ao Ministério Público para as providências cabíveis.
- e) Em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado assumirá a titularidade ativa.

**GABARITO**

<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>05</b>	<b>06</b>
D	B	A	E	D	C
<b>07</b>	<b>08</b>	<b>09</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>
E	B	C	D	B	A

**Prova de 2006**

**1ª Questão:** Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão, a qual não prevalece se provado legítimo impedimento.
- b) Quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, conta-se os prazos em dobro para contestar, recorrer e, de modo geral, para falar nos autos.
- c) Em contestação cabe ao réu manifestar-se precisamente, ou seja, um a um, sobre os fatos narrados na etição inicial.
- d) A alienação da coisa ou do direito litigioso, a título particular, por ato entre vivos, altera a legitimidade as partes.
- e) Quando a testemunha for funcionário público será requisitada ao chefe da repartição





e quando a estemunha for um juiz, este tem o direito de designar o dia, hora e local a fim de ser inquirido.

**2ª Questão:** Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Está sujeita ao duplo grau de jurisdição a sentença proferida contra a União, o Estado, o Município e as respectivas autarquias e fundações de direito público.
- b) É defeso à parte discutir, no curso do processo, as questões já decididas, a cujo respeito se operou a preclusão.
- c) Há conexão entre duas ou mais ações quando lhes for comum o objeto ou a causa de pedir.
- d) O exame dos pressupostos de admissibilidade da apelação, pelo juiz, pode ser feito apenas no ato do recebimento da apelação.
- e) Há continência entre duas ou mais ações sempre que haja identidade de partes e de causa de pedir, mas o objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o das outras.

**3ª Questão:** Assinale a alternativa correta:

- a) A liquidação por arbitramento objetiva determinar a extensão ou o valor da obrigação constituída por sentença ilíquida.
- b) À homologação de acordo em audiência, indispensável é que a parte esteja acompanhada de advogado.
- c) O escopo da liquidação por artigos é determinar o valor da condenação, desde que não exista necessidade de alegar e provar fato novo.
- d) Tendo como objetivo chegar ao *quantum*, é possível na liquidação discutir novamente a lide.
- e) A natureza jurídica da liquidação de sentença é ser processo de conhecimento, autônomo e independente, tanto do processo de conhecimento quanto do processo cautelar.



**4ª Questão:** Assinale a alternativa correta:

- a) Haverá nulidade de todo o processo quando se registrar falta de requisito legal não suprido pelo juiz, como, por exemplo, ausência de autorização marital ou outorga uxória.
- b) A falta de intimação do Ministério Público deve ser entendida como nulidade relativa, como, por exemplo, quando a parte tutelada pelo Ministério Público for vencedora na solução da lide.
- c) Há nulidade do processo quando são desatendidos os pressupostos de constituição válida ao desenvolvimento regular da relação processual.
- d) Possuem vício os atos processuais irregulares, relativamente nulos e absolutamente nulos.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

**5ª Questão:** Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Há nulidades cominadas e há nulidades que se deduzem do sistema processual.
- b) As nulidades só poderão ser decretadas a requerimento da parte prejudicada e nunca pela sua causadora.
- c) É obrigatoriamente sentença o ato judicial que anula todo o processo e decisão interlocutoria a que se limita a invalidar determinado ato processual.
- d) Não pode o juiz decretar nulidade sem que haja prejuízo à parte.
- e) Enquanto as nulidades relativas precluem, as absolutas, em regra, podem ser notificadas nos autos em qualquer fase processual.

**6ª Questão:** Assinale a alternativa correta:

- a) A distribuição por dependência não pode ocorrer em relação a processo já extinto.
- b) Atualmente não é mais necessária a exceção respectiva para que o juiz exerça o



controle da competência territorial.

- c) Não vale a regra da *perpetuatio jurisdictionis* para o cumprimento da sentença por execução, de crédito de quantia certa, quando o devedor se mude depois de proposta a causa.
- d) As causas que versem sobre relações jurídicas estatutárias, entre servidores públicos e as pessoas jurídicas a que sejam vinculados, são de competência da Justiça do Trabalho.
- e) O juízo estadual, ao receber processo de juízo federal que não tenha reconhecido o interesse da União na causa, pode suscitar conflito de competência ao Superior Tribunal de Justiça se entender presente motivo a ensejar a participação da União no processo.

**7ª Questão:** Assinale a alternativa correta:

- a) Além da preclusão consumativa, que se dá pela consumação do prazo, ainda existem a preclusão lógica e a extraprocessual.
- b) É nulo o processo em que o Ministério Público, intimado, não acompanhar o feito em que deva intervir.
- c) A sentença em ação de cobrança de despesas de condomínio, pelo procedimento sumário, deve ser sempre líquida, cumprindo ao juiz, segundo seu prudente critério, fixar de plano o valor.
- d) Havendo transação entre as partes, documentada nos autos por petição, a desistência do acordo é possível até sua homologação pelo juiz.
- e) A antecipação de tutela da parcela incontroversa do pedido independe de demonstração de perigo de dano irreparável ou de difícil reparação.

**8ª Questão:** Assinale a alternativa correta:

- a) Apesar do princípio da persuasão racional, a prova testemunhal não deve ser admitida se já houver, no processo, prova documental sobre o ponto.
- b) Os pedidos formulados em cumulação eventual não podem ser incompatíveis entre si,



sob pena de inépcia da inicial.

c) A petição inicial e a contestação devem ter coerência interna, não podendo sustentar teses contraditórias sob pena de inépcia, no caso da inicial, e de confissão, no caso da contestação.

d) As alegações ou defesas relativas a determinada questão não utilizadas pelas partes em um processo cuja sentença haja passado em julgado, podem ser utilizadas em outros porque não atingidas pela coisa julgada.

e) A sentença que impuser a obrigação de entrega de coisa certa pode fixar multa diária para o caso de descumprimento, desde que haja pedido do autor nesse sentido.

**9ª Questão:** Assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) Determina-se a competência no momento em que a ação é proposta, sendo irrelevante as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem o órgão judiciário ou alterarem a competência em razão da matéria ou da hierarquia.

b) Quando for caso de litisconsórcio necessário a eficácia da sentença dependerá da citação de todos os litisconsortes no processo.

c) Quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu, poderá, a qualquer tempo, oferecer oposição contra ambos.

d) A assistência, a oposição, a nomeação à autoria, a denúncia da lide e o chamamento ao processo são espécies de intervenção de terceiros.

e) A alienação da coisa ou do direito litigioso, a título particular, por ato entre vivos, não altera a legitimidade das partes.

**GABARITO:**

<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>05</b>	<b>06</b>	<b>07</b>	<b>08</b>	<b>09</b>
D	D	A	E	C	C	E	A	C

Prova de 2007



**1ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:

- a) O litigante de má-fé fica sujeito a indenizar a parte contrária pelos prejuízos sofridos em quantia que não pode exceder a 20% do valor da causa.
- b) O juiz, ao decidir qualquer incidente ou recurso, condenará o vencido nas despesas e nos honorários respectivos.
- c) Todos os que atuam no processo, inclusive peritos e advogados, têm deveres que, se descumpridos, implicam na imposição de sanções, dentre as quais multa de no máximo 20% do valor da causa, aplicada pelo juiz e que reverte à União, ao Estado e ao Município proporcionalmente.
- d) Havendo vários réus que restem vencidos na causa, as despesas processuais e os honorários advocatícios serão rateados entre todos os vencidos, igualitária e solidariamente, independentemente da proporção do sucumbimento de cada um.
- e) O vencedor pode ser condenado como litigante de má-fé, mas nem por isso será condenado ao pagamento de despesas processuais e honorários advocatícios.

**2ª Questão:** É **correto** afirmar:

- a) Quando o pedido for determinado, tanto as partes quanto o Ministério Público têm interesse de apelar alegando o vício da sentença ilíquida, por se tratar de questão de ordem pública.
- b) A reconvenção é possível nos processos que tenham iniciado sob o procedimento ordinário, mas não naqueles de procedimento especial convertido, posteriormente, a ordinário, como, por exemplo, a ação monitória.
- c) O juiz pode, em determinados casos, proferir sentença de mérito assim que receber a inicial, liminarmente, sem ouvida do réu.
- d) Nos termos do Código de Processo Civil, as providências preliminares são as que o juiz deve tomar antes de ordenar a citação.
- e) A ação declaratória incidental pode ser promovida apenas pelo réu, cabendo ao autor,



se desejar ver declarada existência de relação jurídica acessória, incluir na inicial pedido declaratório adjeto.

**3ª Questão:** É **correto** afirmar:

- a) A conexão é examinada através de dois dos elementos identificadores da ação: as partes e o pedido.
- b) É possível a distribuição por dependência de um novo feito em relação a outro já extinto.
- c) O direito de consultar os autos de processo em geral, no cartório, é restrito às partes e aos seus advogados, que tenham procuração nos autos.
- d) Deve o juiz mandar anotar na distribuição a reconvenção, a intervenção de terceiro, a ação declaratória incidental e o incidente de impugnação ao valor da causa.
- e) Ocorrendo conexão ou continência, os processos devem ser necessariamente reunidos.

**4ª Questão:** É **correto** afirmar:

- a) Se o pedido for certo e determinado, mas a sentença ilíquida, qualquer das partes pode interpor recurso para reclamar a nulidade.
- b) O juiz de primeiro grau deve examinar a tempestividade, o preparo, o cabimento do recurso, o interesse e a legitimidade recursal ao receber apelação.
- c) O prazo para litisconsortes com procuradores diferentes interporem recurso é contado em dobro, independentemente do conteúdo da decisão em relação a cada um.
- d) O juiz de primeiro grau não deve receber a apelação quando a sentença estiver em conformidade com súmula ou com jurisprudência dominante dos tribunais superiores ou do tribunal a que estiver vinculado.
- e) O juiz de primeiro grau pode efetuar juízo de mérito na apelação quando a sentença recorrida é de indeferimento da inicial ou quando baseada em súmula vinculante.

**5ª Questão:** É **correto** afirmar:



- a) Em respeito ao princípio da verdade real, o juiz pode determinar a retirada das partes e dos advogados da sala de audiências quando tiver de tomar depoimentos em segredo de justiça, nela permanecendo apenas o serventuário e o representante do Ministério Público.
- b) Sendo o juiz da causa arrolado como testemunha, deve se afastar do processo.
- c) Enquanto as testemunhas prestam depoimento, as partes não podem permanecer na sala de audiência.
- d) Em razão da garantia contra a autoincriminação, não se podem aproveitar as partes da confissão contrárias ao interesse do confitente.
- e) As partes sempre têm direito de assistir à inspeção judicial.

**6ª Questão: É correto afirmar:**

- a) Condenado o devedor a emitir declaração de vontade, a sentença deve conter a imposição de multa diária para o caso de descumprimento e sua execução se fará por quantia certa, com multa de 10% (dez por cento).
- b) A resolução de questões prejudiciais incidentalmente no processo, por juiz competente em razão da matéria, somente fará coisa julgada material se houver pedido por meio de ação declaratória incidental.
- c) O efeito preclusivo da coisa julgada ocorre sempre que esgotado o prazo da ação rescisória.
- d) A sentença pode constituir hipoteca judiciária quando condenar o réu a prestação de coisa ou dinheiro e desde que haja pedido do autor nesse sentido.
- e) A complementação da contestação já apresentada é possível desde que feita ainda dentro do prazo de resposta.

**7ª Questão: É correto afirmar:**

- a) A incompetência territorial do juízo pode ser reconhecida de ofício em casos de



contrato de consumo ou de previsão expressa na lei como, por exemplo, a residência do alimentando para a ação de alimentos ou o domicílio do devedor para a ação de anulação de títulos extraviados.

b) A citação por edital e a citação por hora certa dependem de autorização, por despacho do juiz.

c) A contestação e a reconvenção, no procedimento sumário, podem ser escritas ou orais, mas se forem escritas, devem ser apresentadas em peças distintas.

d) Suscitado o conflito de competência, fica suspenso o processo.

e) Na citação por hora certa o escrivão deve enviar ao citando comunicação pelo correio, mas o prazo de resposta tem início com a juntada aos autos do mandado, independentemente de retorno do aviso de recebimento do ofício.

**8ª Questão:** É correto afirmar:

a) Em ações que incluam prestação de alimentos decorrentes de ato ilícito, é vedada a alteração do valor da prestação após o trânsito em julgado, ao contrário das ações de alimentos decorrentes de parentesco.

b) O juiz pode ordenar a realização de praça ou leilão em execução provisória, independentemente de caução, se apenas houver pendente recurso especial e/ou recurso extraordinário.

c) O cumprimento da sentença que tenha por objeto entrega de coisa admite impugnação no prazo de quinze dias, contado do depósito.

d) A impugnação, na execução de sentença, pode ser apresentada independentemente de segurança do juízo.

e) O cumprimento de sentença será efetuado perante o juízo que processou a causa no primeiro grau ou perante o juízo em que houver bens sujeitos à expropriação.

**GABARITO:**

01	02	03	04	05	06	07	08
E	C	B	B	E	B	E	E





## Prova – Junho de 2008

**1ª Questão:** Nos termos da mais recente jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a multa de 10% (dez por cento) referente ao cumprimento da obrigação definida na decisão (art. 475-J do Código de Processo Civil), incide após decorridos 15 (quinze) dias:

- a) Da data da decisão.
- b) Do momento em que o processo retorna ao juízo *a quo*.
- c) Da intimação pessoal do devedor para cumprimento da obrigação.
- d) Da intimação pessoal das partes para cumprimento da obrigação.
- e) Do trânsito em julgado da decisão ou do momento em que ela se tornar exigível.

**2ª Questão:** Conforme a Lei n.º 419/2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Consideram-se realizados os atos processuais por meio eletrônico no dia e hora do seu envio ao sistema do Poder Judiciário.
- b) Os sistemas utilizados pelos órgãos do Poder Judiciário deverão buscar e identificar os casos de ocorrência de prevenção, litispendência e coisa julgada.
- c) Os livros cartorários e demais repositórios dos órgãos do Poder Judiciário poderão ser gerados e armazenados em meio totalmente eletrônico.
- d) A Fazenda Pública fica excluída do sistema de intimações eletrônicas.
- e) Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da



disponibilização da  
informação no Diário da Justiça Eletrônico.

**3ª Questão:** Observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:

I. Ao decidir sobre o conflito de competência o Tribunal deverá somente declarar qual é o juiz

competente, remetendo-lhe o processo.

II. Está impedido de atuar no processo o juiz que for herdeiro presuntivo ou empregador de

uma das partes.

III. O juiz nomeará intérprete, toda vez que se repute necessário traduzir a linguagem mímica

dos surdos-mudos, que não puderem transmitir a sua vontade por escrito.

IV. A nulidade de cláusula de eleição de foro, em contrato de adesão, pode ser declarada de

ofício pelo juiz, que declinará de competência para o juízo de domicílio do réu.

a) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.

b) Todas as alternativas estão corretas

c) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.

d) Somente as proposições I, II e III estão corretas.

e) Somente as proposições III e IV estão corretas

**4ª Questão:** Assinale a alternativa **INCORRETA**, de acordo com o Código de Processo Civil:

a) Ao iniciar o processo de execução o credor poderá indicar na sua petição inicial os bens a

serem penhorados.



- b) A extinção do processo de execução somente produz efeito quando declarada por sentença.
- c) Ocorrerá a suspensão do processo de execução em caso de morte do executado.
- d) No processo de execução é absolutamente impenhorável o depósito em caderneta de poupança, até o limite de 60 (sessenta) salários mínimos.
- e) O oficial de justiça pode efetuar as avaliações de bens penhorados no processo de execução.

**5ª Questão:** Sobre o procedimento sumário, observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:

- I. Em um processo de ação de reparação de danos por acidente de trânsito, é vedado ao juiz proferir sentença ilíquida, podendo se for o caso, fixar de plano, a seu prudente arbítrio, o valor devido.
  - II. Pode o réu, na contestação, formular pedido em seu favor, desde que fundado nos mesmos fatos referidos na inicial.
  - III. A citação do réu deve ser feita com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da audiência.
  - IV. A apelação interposta nas causas de procedimento sumário deverá ser julgada nos Tribunais dentro de 40 (quarenta) dias, sem a necessidade de nomeação de revisor.
- a) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
  - b) Todas as proposições estão corretas
  - c) Somente as proposições II e IV estão corretas
  - d) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
  - e) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.

**6ª Questão:** Sobre o processo de inventário e partilha, assinale a alternativa **correta**.



- a) Feito o esboço da partilha, dirão sobre ele as partes no prazo sucessivo de 10 (dez) dias.
- b) É vedado ao juiz a abertura de inventário *ex officio*, mesmo que os legitimados para requerer a abertura do inventário e da partilha não o tenham feito.
- c) A argüição de sonegação ao inventariante pode ser feita em qualquer momento do processo de inventário e partilha.
- d) Havendo testamento deixado pelo autor da herança, não poderá ser realizado o inventário e a partilha por escritura pública.
- e) É vedado ao herdeiro requerer, durante a avaliação dos bens, a presença do juiz.

**7ª Questão:** Assinale a alternativa **INCORRETA**, nos termos do Código de Processo Civil:

- a) A desistência do recurso interposto por um dos litisconsortes depende da anuência dos outros litisconsortes.
- b) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, salvo se distintos ou opostos os seus interesses.
- c) Quanto ao termo “repercussão geral”, considera-se a existência, ou não, de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa.
- d) Da decisão do Tribunal que releva a pena de deserção e fixa prazo para efetuar o preparo não cabe recurso.
- e) Em sede recursal, o Tribunal, constatando a ocorrência de nulidade sanável, poderá determinar a realização ou renovação do ato processual, intimadas as partes; cumprida a diligência, sempre que possível prosseguirá o julgamento da apelação.

**8ª Questão:** Nos termos da Lei n.º 9.099/95 é **INCORRETO** afirmar:



- a) A contestação poderá ser feita de forma oral na audiência de conciliação.
- b) A instrução processual poderá ser dirigida por juiz leigo, sob a supervisão do juiz togado.
- c) Não é permitida a citação por edital.
- d) O acordo extrajudicial, de qualquer valor, poderá ser homologado, no juízo competente, independentemente de termo, valendo a sentença como título executivo judicial.
- e) Caberá recurso especial e/ou extraordinário da decisão proferida pela Turma de Recursos em recurso inominado.

**9ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

- a) A assistência não impede que a parte principal reconheça a procedência do pedido.
- b) No processo civil, o impedimento do perito deverá ser argüido através de exceção de impedimento, no prazo de 15 (quinze) dias, contado do conhecimento do fato.
- c) A oposição não poderá ser oferecida após a contestação.
- d) Cabe chamamento ao processo no processo de execução.
- e) O escrivão e o oficial de justiça serão responsabilizados civilmente somente nos casos em que o ato for praticado com dolo.

**10ª Questão:** Observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**.

Sobre o procedimento da ação de usucapião:

- I. O prazo para contestar ação de usucapião é de 15 (quinze) dias para a parte e para a Fazenda Pública quando esta for confrontante.
- II. A usucapião especial de imóvel urbano poderá ser invocada como matéria de defesa em ação possessória, valendo a sentença que a reconhecer como título para registro no cartório de registro de imóveis.



- III. O Ministério Público deverá ser intimado para intervir em todos os atos do processo.
- IV. Na ação judicial de usucapião especial de imóvel urbano, o rito processual a ser observado é o sumário.
- a) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II e III estão corretas
- d) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas

**GABARITO:**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
E	Anulada	E	D	E	D	A	E	A	D

**Prova de 2009**

**1ª Questão:** Sobre o cumprimento da sentença, assinale a alternativa **correta**:

- a) É inexigível o título judicial fundado em interpretação de ato normativo considerado pelo Supremo Tribunal Federal incompatível com a Carta Magna.
- b) É definitiva a execução quando se trata de sentença impugnada mediante recurso ao qual não foi atribuído efeito suspensivo.
- c) A decisão que resolver a impugnação e extinguir a execução é recorrível mediante agravo de instrumento.
- d) Quando na sentença houver uma parte ilíquida, o credor deverá promover a sua liquidação antes da execução da outra parte líquida.
- e) A impugnação pode versar sobre qualquer causa impeditiva ou extintiva da obrigação anterior à sentença.



**2ª Questão:** Sobre a ação de consignação em pagamento, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Na dúvida sobre quem deva receber o pagamento, o devedor requererá o depósito e a citação de todos os que disputam o pagamento.
- b) Tratando-se de obrigação em dinheiro, poderá o devedor ou terceiro optar pelo depósito da quantia devida em estabelecimento bancário oficial.
- c) O foro de eleição prevalece sobre o do lugar do pagamento.
- d) Uma vez consignada a primeira, as prestações periódicas vincendas podem ser depositadas nos mesmos autos, no prazo de cinco dias, contados da data do vencimento.
- e) Na consignação de aluguel e encargos da locação, o foro competente é o do local do imóvel.

**3ª Questão:** Sobre o processo cautelar, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A prorrogação da competência relativa para a ação cautelar, por não ter sido oposta exceção, determina a competência para a ação principal, em razão da prevenção.
- b) O juiz poderá determinar medidas provisórias de ofício quando houver fundado receio de que uma das partes, antes do julgamento da lide, cause ao direito da outra lesão grave e de difícil reparação.
- c) Cessa a eficácia da medida cautelar se o juiz declarar extinto o processo principal.
- d) As medidas cautelares conservativas de direito, como a produção antecipada de provas, previnem a competência para a ação principal.
- e) O processo cautelar não admite reconvenção, nem denunciação da lide.

**4ª Questão:** Sobre a coisa julgada, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O reconhecimento da prescrição gera coisa julgada material.
- b) A imutabilidade apregoada pelo Código de Processo Civil à coisa julgada material é



relativa, não obstante que as partes, após o trânsito em julgado, pactuem de forma diversa.

c) Os procedimentos de jurisdição voluntária não produzem coisa julgada e, assim, as decisões neles proferidas não podem ser objeto de ação rescisória.

d) Em relação jurídica continuativa, o juiz poderá revisar a sentença quando sobrevier modificação do estado de direito.

e) A resolução de questão prejudicial fará coisa julgada somente quando a parte o requerer e o juiz for competente em razão da matéria.

**5ª Questão:** De acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa **correta**:

a) A insuficiência no valor do preparo implicará deserção independentemente de intimação.

b) Cabe agravo na forma retida da decisão que não admite a apelação.

c) Das decisões interlocutórias proferidas na audiência de instrução e julgamento caberá agravo, imediatamente, na forma retida ou por instrumento no prazo de dez dias, quando se tratar de decisão suscetível de causar lesão grave e de difícil reparação.

d) O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido, desistir do recurso.

e) Decisão além ou fora do pedido é passível de interposição de embargos de declaração apenas quando resultar contradição.

**6ª Questão:** Em relação aos procedimentos especiais, assinale a alternativa **correta**:

a) No arrolamento, não serão conhecidas ou apreciadas questões relativas ao lançamento, pagamento ou quitação de tributos incidentes sobre a transmissão da propriedade dos bens do espólio.

b) Admite-se antecipação de tutela em ação possessória apenas quando a agressão à posse deu-se há menos de ano e dia.

c) Os embargos de terceiro podem ser opostos até cinco dias após a assinatura da carta





de arrematação.

d) Não se admite a citação editalícia no procedimento monitorio.

e) Não é cabível ação monitoria contra a Fazenda Pública.

**7ª Questão:** Observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:

I. A *substituição processual* ocorre pela morte de uma das partes e consequente habilitação do respectivo espólio.

II. Transações extrajudiciais levadas a conhecimento do juízo por meio de petição são renunciáveis até a respectiva homologação.

III. Os atos atentatórios ao exercício da jurisdição são equivalentes e sancionados da mesma maneira que os atos de litigância de má-fé.

IV. São devidos honorários de advogado assim na fase condenatória quanto na de cumprimento de sentença, na hipótese de inadimplemento.

a) Somente a proposição II está correta.

b) Somente as proposições III e IV estão corretas.

c) Somente a proposição IV está correta.

d) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.

e) Somente as proposições I e II estão corretas.

**8ª Questão:** Observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:

I. A citação por edital não é possível nas ações de estado, naquelas em que se discuta direito indisponível ou ainda na ação de procedimento especial monitorio.

II. Ainda que presente nulidade, ela deve ser desconsiderada se for possível, no mérito, julgamento a favor da parte a quem seu reconhecimento aproveitaria.

III. Haverá nulidade se o Ministério Público, intimado, não se manifestar em processo no qual deva funcionar.

IV. É obrigatório, sob pena de nulidade, o envio pelo escrivão de carta ao réu dando ciência da citação por hora certa; mas o prazo de resposta tem início da juntada aos



autos do respectivo mandado cumprido, sendo irrelevante a data do recebimento da carta de ciência.

- a) Somente as proposições I e III estão corretas.
- b) Somente a proposição II está correta.
- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- e) Somente a proposição I está correta.

**9ª Questão:** Observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:

I. Se o réu não suscitar a incompetência absoluta na contestação ou na primeira oportunidade em que falar nos autos, responderá integralmente pelas custas, ainda que vencedor na causa.

II. Não só o pagamento direto, mas também o depósito em cartório impede a ocorrência da preempção.

III. No juízo divisório, havendo litígio, as despesas processuais serão rateadas entre os interessados segundo os respectivos quinhões.

IV. As despesas dos atos que forem adiados ou tiverem de repetir-se ficarão a cargo da parte, do serventário, do órgão do Ministério Público ou do juiz que, sem justo motivo, houver dado causa ao adiamento.

- a) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- c) Somente a proposição II está correta.
- d) Somente a proposição IV está correta.
- e) Somente as proposições II e III estão corretas.

**10ª Questão:** Observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:



- I. A denunciação da lide é possível de ser manejada pelo réu chamado a responder pela dívida isoladamente, a fim de que os demais coobrigados solidários fiquem sujeitos aos efeitos da sentença.
- II. A litispendência entre ações que tramitem simultaneamente no Brasil e em outro país implica em prevenção do juízo que primeiramente ordenou a citação válida.
- III. É presumidamente válida a intimação enviada ao endereço da parte ou do procurador, constante dos autos.
- IV. Anotam-se na distribuição a reconvenção e a intervenção de terceiros.

- a) Somente as proposições II e III estão corretas.
- b) Somente a proposição IV está correta.
- c) Somente as proposições I e II estão corretas.
- d) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- e) Somente as proposições III e IV estão corretas.

**11ª Questão:** Observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:

- I. Havendo pluralidade passiva e desistência da ação em relação a um dos réus ainda não citados, a intimação da homologação da desistência não influirá no curso do prazo de resposta.
- II. O revel não é intimado dos atos do processo enquanto não constituir patrono.
- III. A exceção de incompetência deve ser protocolizada no juízo em que tramita o feito, com requerimento de sua remessa ao juízo competente.
- IV. Havendo prova documental sobre o fato, o juiz deve indeferir a oitiva de testemunhas.

- a) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- c) Nenhuma das proposições está correta.



- d) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.  
e) Todas as proposições estão corretas.

**GABARITO:**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
A	C	D	E	D	A	C	C	B	E
11									
A									

**PROVA DE 2010**

**12ª Questão: Assinale a alternativa correta:**

- I. O processo civil brasileiro adota a regra da eventualidade ao impor ao demandado o dever de alegar na contestação, a um mesmo tempo, todas as defesas que tiver contra o pedido do autor, ainda que sejam incompatíveis ou contraditórias entre si, pois na eventualidade de o juiz não acolher uma delas, passa a examinar a outra.
- II. A convenção de arbitragem não é pressuposto processual por ser matéria de direito dispositivo que, para ser examinada, não dispensa a iniciativa do réu. Caso o réu não alegue o processo prossegue e é julgado perante a jurisdição estatal. A ausência de alegação do réu torna a justiça estatal competente para julgar a lide e, por inexistir qualquer invalidade, o processo não será extinto.
- III. A competência absoluta do juízo é matéria de ordem pública sobre a qual não se opera a preclusão pois não está ligada ao princípio dispositivo uma vez que não se trata de direito disponível. A incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, compreendidos os graus de instâncias ordinárias, a saber, primeiro grau de jurisdição, apelação, embargos infringentes, recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça.
- IV. Em ação de reparação de danos por ato ilícito permite-se ao autor que formulara



pedido de reparação de danos patrimoniais acrescer, até a citação do réu, sem audiência deste, ou depois da citação, com a aquiescência deste, o pedido de indenização por dano moral, desde que resultante do mesmo ato ilícito.

- a) Somente as proposições I e III estão corretas.
- b) Somente a proposição III está correta.
- c) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

**13ª Questão: Assinale a alternativa correta:**

I. O comparecimento espontâneo do réu, desde que se dê por citado, acarreta o suprimento do vício da inexistência ou invalidade da citação. Se o réu impugna a existência ou a validade da citação, considera-se citado apenas no momento em que seu advogado for intimado da decisão que reconhece o vício, hipótese todavia em que não se opera a devolução de todo o prazo para contestar mas apenas do termo que sobejar.

II. Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada. Se o autor apelar é facultado ao juiz decidir, no prazo de cinco dias, por não manter a sentença e determinar o prosseguimento da ação.

III. A convenção de arbitragem é o conjunto formado pela cláusula compromissória e pelo compromisso arbitral. A simples existência de cláusula compromissória pode ensejar a arguição da preliminar em contestação. O réu pode alegar que a demanda não pode ser submetida ao juízo estatal, quer diante apenas da cláusula ou compromisso, quer esteja em curso o procedimento arbitral.

IV. A incompetência absoluta, em razão da matéria ou funcional (hierárquica) é tema passível de arguição como preliminar de contestação; é matéria de ordem pública não sujeita a preclusão; é alegável por qualquer das partes, a qualquer tempo e grau de jurisdição, sob qualquer forma, a saber, petição simples, exceção, preliminar de contestação, razões, contrarrazões de recurso.



- a) Somente as proposições I e IV estão incorretas.
- b) Somente a proposição IV está incorreta.
- c) Somente as proposições II e III estão incorretas.
- d) Somente a proposição I está incorreta.
- e) Todas as proposições estão incorretas.

**14ª Questão: Assinale a alternativa correta:**

I. A nulidade de cláusula de eleição do foro, mesmo em contrato de adesão, não pode ser declarada de ofício pelo juiz, por tratar-se de competência em razão do território e portanto relativa. A única exceção, em tema de competência relativa, a permitir a manifestação do juiz sem provocação da parte é a hipótese de ações fundadas em direito real sobre imóveis, em que a competência será sempre do foro da situação da coisa.

II. O indeferimento liminar da petição inicial por inadequação de procedimento sem que se dê oportunidade ao autor para emenda da inicial caracteriza cerceamento de jurisdição. Apenas se sanável o vício ou irregularidade é que o juiz deve dar oportunidade ao autor para emendar a inicial. O juiz deve intimá-lo para que emende a inicial no prazo de 10 (dez) dias e apenas depois dessa providência, no silêncio do autor, é que o juiz indefere a inicial.

III. Os fundamentos de fato compõem a causa de pedir remota: é o que mediatamente autoriza o pedido; é o direito, o título; os fundamentos jurídicos compõem a causa de pedir próxima: é o inadimplemento, a ameaça ou a violação do direito.

IV. O rótulo que se dá à causa é irrelevante perante a ciência processual. Não tem importância a indicação do nomen juris uma vez que a qualificação jurídica que emana da argumentação encetada pelo autor não tem o condão de pré-fixar a atuação judicial quanto ao direito aplicável.

- a) Todas as proposições estão corretas.



- b) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- c) Somente a proposição II está correta.
- d) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- e) Somente as proposições I e III estão corretas.

**15ª Questão: Assinale a alternativa correta:**

I. Dá-se a litispendência quando se repete ação idêntica a uma que se encontra em curso, isto é, quando a ação proposta tem as mesmas partes, a mesma causa de pedir (próxima e remota) e o mesmo pedido (mediato e imediato). A segunda ação tem que ser extinta sem resolução do mérito. A litispendência é instituto que alcança os processos contenciosos e os procedimentos de jurisdição voluntária.

II. A conexão é causa de modificação da competência relativa. Duas ou mais ações serão conexas quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir (próxima ou remota). O acolhimento desta preliminar faz com que o juiz remeta os autos ao juízo prevento, ou, se ele for o prevento, que requirite os autos do outro juízo por onde corre a ação conexa. O objetivo da conexão é a reunião das ações para receberem julgamento conjunto, evitando-se decisões conflitantes.

III. A ação declaratória incidental pode ser provocada apenas pelo autor para que seja decidida questão relativa a outro estado ou relação jurídica que se apresenta no processo como mero antecedente lógico da questão principal mas que não poderia ser, por si só, objeto de processo autônomo. A ação declaratória incidental é ação distinta da ação principal mas que se desenvolve no mesmo processo; sua finalidade principal é a economia processual; forma a coisa julgada sobre a questão prejudicial e evita que esta (a prejudicial) seja objeto de nova discussão, novas provas e nova decisão, em demanda futura, entre as mesmas partes.

IV. Ao proclamar a ilegitimidade passiva do réu indicado pelo autor, pode o juiz, no exercício de seus poderes discricionários de direção e desenvolvimento do processo e em observância ao princípio da instrumentalidade, determinar a inclusão



no processo de quem, segundo o seu entendimento, seja parte legítima para a ação proposta.

- a) Somente as proposições II e IV estão incorretas.
- b) Somente as proposições I, III e IV estão incorretas.
- c) Somente as proposições I, II e III estão incorretas.
- d) Somente as proposições III e IV estão incorretas.
- e) Todas as proposições estão incorretas.

**16ª Questão: Assinale a alternativa correta:**

I. Na concessão da tutela inibitória antecipada são observados os seguintes critérios: relevância da fundamentação; receio de ineficácia do provimento final; possibilidade de concessão de liminar ou de realização de justificativa prévia, citado o réu; admissibilidade de revogação ou modificação da medida a qualquer tempo sempre por decisão fundamentada. Para efetivação da tutela inibitória específica, o juiz pode impor astreintes (multas diárias) ou determinar medidas de sub-rogação, a saber: imposição de multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras, impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de força policial..

II. Se o autor, a título de antecipação de tutela, requer providência de natureza cautelar, poderá o juiz, quando presentes os respectivos pressupostos (fumus boni iuris e periculum in mora), deferir a medida cautelar em caráter incidental do processo ajuizado. Por esta razão, não se justifica a exigência, por parte do juiz, que a parte proponha ação autônoma para obtenção de medida cautelar, que pode perfeitamente ser concedida no âmbito do processo de conhecimento.

III. Pelo princípio da causalidade, define-se que a nulidade de um ato do procedimento contamina os posteriores que dele sejam dependentes, com a consequência de ter-se de anular todo o processo a partir do ato celebrado com imperfeição. O princípio da instrumentalidade das formas por seu turno estabelece que só são anulados os atos imperfeitos se o objetivo não tiver





sido atingido, pois o que interessa afinal é o objetivo do ato e não o ato em si mesmo. Pelo princípio do interesse, a própria parte que tiver dado causa à nulidade relativa não será legitimada a pleitear a anulação do ato.

IV. O princípio da persuasão racional na apreciação da prova recomenda: observância das regras lógicas e máximas da experiência comum; inadmissibilidade de convicção formada exclusivamente com base em intuição pessoal afastada das regras lógicas e do senso comum; indicação dos motivos e circunstâncias que conduzem à convicção acerca da veracidade dos fatos alegados e provados; motivação do convencimento com amparo na prova dos autos.

- a) Somente as proposições I e III estão corretas.
- b) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- c) Todas as proposições estão corretas.
- d) Somente as proposições II e III estão corretas.
- e) Somente as proposições III e IV estão corretas.

**17ª Questão: Assinale a alternativa correta:**

I. Coisa julgada material é a qualidade que torna imutável e indiscutível o comando que emerge da parte dispositiva da sentença de mérito não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário, nem à remessa necessária (duplo grau de jurisdição necessário). No processo civil, não se pode ajuizar ação contra coisa julgada, exceto nos casos expressamente autorizados pelo sistema, como por exemplo ação rescisória, impugnação ao cumprimento de sentença e embargos do devedor.

II. Não dependem de prova os fatos: notórios; afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária; admitidos, no processo, como incontroversos; em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade. A critério do juiz, pode ser admitida a confissão em juízo acerca de estado familiar e cidadania da pessoa. Excepcionalmente, nas ações que versem sobre bens imóveis, a confissão de um cônjuge vale sem a do outro.

III. O autor precisa demonstrar em juízo a existência do ato ou fato por ele



descrito na inicial como ensejador de seu direito. Ao réu, por seu turno, incumbe o ônus da prova quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, como por exemplo a exceção do contrato não cumprido; a novação; o pagamento e a prescrição.

IV. O juiz, em qualquer tempo ou grau de jurisdição, requisitará às repartições públicas as certidões necessárias à prova das alegações das partes, desde que se apresente razoável a iniciativa do juiz, demonstrada a impossibilidade de a parte obter pessoalmente a informação.

- a) Somente as proposições II e IV estão incorretas.
- b) Somente a proposição IV está incorreta.
- c) Somente a proposição II está incorreta.
- d) Somente as proposições I e III estão incorretas.
- e) Somente as proposições II e III estão incorretas.

**18ª Questão: Sobre os Juizados Especiais Cíveis (Lei n. 9.099/1995), assinale a alternativa correta:**

I. Podem processar-se, dentre outras, ações de despejo para uso próprio, de indenização por acidentes de veículos de via terrestre, de cobrança ao condômino de quaisquer quantias devidas ao condomínio.

II. A sentença condenatória será ineficaz na parte que exceder a alçada estabelecida na lei; a

sentença condenatória ilíquida, desde que genérico o pedido, será submetida a liquidação de sentença por arbitramento ou artigos; o recurso, no qual a parte vencida é obrigatoriamente representada por advogado, será interposto no prazo de quinze dias, contados da ciência da sentença, e será julgado por três juízes de primeiro grau de jurisdição.

III. A pessoa física, cessionária de direito da pessoa jurídica, pode figurar como autora;

admite-se a intervenção de terceiros na modalidade de assistência e permite-



se o

litisconsórcio; o réu é autorizado na contestação a formular em seu favor pedido contraposto, dentro dos limites fáticos da lide e da competência do Juizado.

IV. A decisão proferida por juiz leigo em sede de Juizado Especial deverá ser imediatamente

submetida ao juiz togado, que poderá homologá-la, proferir outra sentença em substituição ou determinar a realização de atos probatórios indispensáveis.

- a) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I e III estão corretas.
- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e III estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

**19ª Questão: Assinale a alternativa correta:**

I. Constitui ato atentatório ao exercício da jurisdição o não cumprimento, com exatidão,

de provimentos mandamentais ou a criação de embaraços à efetivação de provimentos jurisdicionais de natureza antecipatória ou final a ensejar às partes e a todos aqueles que de qualquer forma participam do processo, sanções criminais, civis, processuais e pecuniárias.

II. O litisconsórcio multitudinário caracteriza-se quando há número muito grande de litisconsortes no processo. O juiz pode limitá-lo, nas hipóteses de litisconsórcio facultativo ou necessário, quando houver comprometimento da rápida solução do litígio ou dificuldade de defesa. A determinação de desmembramento, no caso de dificuldade de defesa, depende de pedido expresso do réu, que deve fazê-lo no prazo de resposta.

III. O juiz pode determinar, de ofício ou a requerimento da parte, a realização de nova perícia, quando a matéria não lhe parecer suficientemente esclarecida. A determinação de segunda perícia pressupõe que a já realizada seja inválida ou deva ser descartada.



IV. O autor fixa os limites da lide e da causa de pedir na petição inicial e cabe ao juiz decidir de acordo com esse limite. É proibido ao juiz proferir sentença a favor do autor, para condenar o réu em quantidade superior (extra petita), condená-lo em objeto diverso do que lhe foi demandado (ultra petita) ou abaixo do pedido (citra ou infra petita). A regra da congruência ou correlação entre pedido e sentença é decorrência do princípio dispositivo.

- a) Somente as proposições I e III estão corretas.
- b) Somente a proposição III está correta.
- c) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e III estão corretas.
- e) Somente a proposição I está correta.

**20ª Questão: Assinale a alternativa correta:**

- I. A decisão do juízo a quo que releva a deserção é preclusiva e agravável.
  - II. A liquidação de sentença pode ser requerida mesmo se pendente apelação com efeito suspensivo.
  - III. A citação para a liquidação de sentença pode ser realizada por mandado ou por correio, exigindo-se do advogado, para recebê-la, poderes especiais no mandato.
  - IV. Não concordando com o cálculo realizado pelo contador judicial, o credor poderá promover a execução pelo valor que originalmente apresentou, cabendo ao devedor apresentar impugnação por excesso de execução.
- a) Somente as proposições I e II estão corretas.
  - b) Somente as proposições II e IV estão corretas.
  - c) Somente as proposições III e IV estão corretas.
  - d) Somente as proposições I e III estão corretas.
  - e) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.



**21ª Questão: Em tema de cumprimento de sentença, assinale a alternativa correta:**

I. O prazo para a impugnação à execução de obrigação pecuniária prevista em sentença transitada em julgado é de 10 dias, contado, em qualquer caso, da citação. II. A multa de 10% pela impontualidade no pagamento da condenação pecuniária é devida tanto na execução definitiva quanto na provisória.

III. A multa de 10% pela impontualidade no pagamento incide em relação a toda a dívida,

ainda que haja pagamento parcial.

IV. São devidos honorários de advogado na fase de cumprimento de sentença, independentemente daqueles devidos em decorrência da fase condenatória.

- a) Somente as proposições I e III estão corretas.
- b) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- c) Somente a proposição IV está correta.
- d) Somente a proposição II está correta.
- e) Somente a proposição I está correta.

**22ª Questão: Assinale a alternativa correta:**

I. O cumprimento de sentença pode prosseguir até ulteriores termos, mesmo após ser recebida

impugnação com efeito suspensivo, se oferecida caução idônea suficiente.

II. O ato que resolve impugnação é, em qualquer caso, sentença.

III. O juízo a quo, ao decidir sobre os efeitos em que recebe a apelação, deve se ater

exclusivamente à lei, mas o relator, no tribunal, pode estender as hipóteses de

concessão de efeito suspensivo quando exista receio de lesão grave e de difícil reparação.



IV. Pode haver alienação coativa de bem constritado na execução provisória se o

recurso pendente for agravo de instrumento em recurso especial.

- a) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I e III estão corretas.
- d) Somente a proposição II está correta.
- e) Somente a proposição I está correta.

**GABARITO:**

<b>12</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>15</b>	<b>16</b>	<b>17</b>	<b>18</b>	<b>19</b>	<b>20</b>	<b>21</b>
E	D	B	B	Anulada	C	A	E	B	C
<b>22</b>	<b>23</b>								
B	D								

## **PROVA DE 2013**

### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**12ª Questão:** Assinale a alternativa correta:

- a) Há litisconsórcio necessário nas causas que versem sobre direitos reais imobiliários quando os cônjuges forem autores ou réus.
- b) Denomina-se legitimidade ad processum a condição da ação relacionada à pertinência subjetiva da ação.
- c) O curador especial pode realizar transações, em mutirões de conciliação ou nas audiências preliminares ou de instrução e julgamento;
- d) A capacidade de ser parte é concedida a pessoas jurídicas, pessoas físicas e pessoas formais.
- e) Apenas quando expressamente prevista na lei ou em contrato a substituição processual, também conhecida como substituição de parte, é admitida.

**13ª Questão:** Assinale a alternativa correta:

- a) Perderá o direito a haver honorários do vencido, mesmo que vencedor na causa, o réu



que dilatar o julgamento da lide por não arguir na sua resposta fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

b) O ato atentatório ao exercício da jurisdição em relação a provimentos mandamentais enseja a aplicação de multa à parte e seu advogado, que reverte em proveito da parte adversa.

c) O vencido ficará isento do pagamento de despesas processuais se o vencedor tiver litigado de má-fé e essa litigância temerária for reconhecida em sentença.

d) Os honorários de sucumbência, diferentemente dos contratados, não têm natureza alimentar,

mas sim ressarcitória, porque servem a ressarcir a parte vencedora o que esta despendeu com seu advogado.

e) A condenação em honorários advocatícios independe de pedido expresso e, mesmo que omissa a sentença a respeito, é presumida, incluindo-se na condenação implicitamente.

**14ª Questão:** Assinale a alternativa correta:

I. A alienação da coisa litigiosa na fase de conhecimento não altera a legitimidade das partes na causa, devendo o feito prosseguir entre as partes originais, salvo consentimento da parte contrária, cabendo ao adquirente a legitimidade para opor embargos de terceiro.

II. Havendo alienação da coisa ou do direito litigioso no processo de execução, ou na fase de cumprimento de sentença, a sucessão na posição de exequente independe do consentimento do executado.

III. Ocorrendo a morte da parte, o processo fica automaticamente suspenso, sendo absolutamente nulos os atos praticados a partir de então até a habilitação do espólio ou sucessores.

IV. Somente há que se falar em litisconsórcio ativo necessário em situações excepcionais, uma

vez que ninguém pode ser compelido a comparecer nos autos como autor.

a) Somente as proposições I e II estão corretas.

b) Somente as proposições II e III estão corretas.

c) Somente as proposições III e IV estão corretas.

d) Somente as proposições II e IV estão corretas.

e) Todas as proposições estão corretas.

**15ª Questão:** Assinale a alternativa correta:

a) O pedido de limitação do litisconsórcio multitudinário não suspende nem interrompe o prazo para resposta.

b) Litisconsórcio necessário é aquele em que o juiz tiver de decidir a causa de modo uniforme para todos os litisconsortes.

c) O terceiro pode escolher entre intervir como assistente simples ou assistente litisconsorcial, conforme sua conveniência.

d) Em ação de reparação de danos movida contra segurado, a seguradora denunciada pode ser condenada direta e solidariamente junto com este a pagar a indenização devida à vítima, nos limites da apólice.



e) A oposição é cabível na fase de conhecimento ou na fase de cumprimento de sentença, quando a constrição for realizada sobre coisa vindicada por terceiro.

**16ª Questão:** Assinale a alternativa correta:

- a) Mesmo reconhecendo existente uma nulidade, deve o juiz deixar de declará-la se no mérito puder julgar a favor da parte a quem sua declaração aproveitaria.
- b) A transação realizada por petição assinada pelas partes e seus advogados e juntada aos autos pode ser afastada por desistência de qualquer delas até a sentença homologatória.
- c) Durante o recesso forense de fim de ano os prazos ficam suspensos e não se praticam atos processuais.
- d) A renovação do ato processual depois do prazo, com complementação das razões, implica em preclusão lógica.
- e) Se as partes estiverem de acordo, por petição conjunta, podem prorrogar prazos peremptórios.

**17ª Questão:** Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A dispensa de reexame necessário, quando o valor da condenação ou do direito controvertido for inferior a 60 (sessenta) salários mínimos, não se aplica à sentenças ilíquidas.
- b) Reconhecida a continência, devem ser reunidas na Justiça Federal as ações civis públicas propostas nesta e na Justiça Estadual.
- c) A Lei de Arbitragem aplica-se aos contratos que contenham cláusula arbitral, ainda que celebrados antes da sua edição.
- d) Admite-se que o preparo seja efetuado no primeiro dia útil subsequente, quando a interposição do recurso ocorrer após o encerramento do expediente bancário.
- e) A falta de ajuizamento da ação principal no prazo legal acarreta a perda da eficácia da liminar deferida, mas não a extinção do processo cautelar.

**18ª Questão:** Assinale a alternativa correta:

- I. A execução da antecipação de tutela em processo que vise à entrega de coisa certa será executada por meio de mandado de imissão de posse ou de busca e apreensão, conforme o caso.
  - II. A antecipação de tutela pode se dar tanto em caso de tutela de urgência, quanto de tutela da evidência, nas hipóteses legais.
  - III. Para que se possa conceder antecipação de tutela de parcela incontroversa do pedido, é necessária demonstração de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.
  - IV. A tutela cautelar e a tutela urgente satisfativa são fungíveis, permitindo ao juiz sua concessão, em um caso ou outro, indiscriminadamente, conforme a natureza, e independentemente de pedido.
- a) Somente as proposições I e II estão corretas.
  - b) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
  - c) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.





- d) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

**19ª Questão:** Examine as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

- I. A concorrência de ações se dá quando a parte, em um só processo, formula mais de um pedido contra partes diversas.
  - II. O litisconsórcio é forma de cumulação subjetiva de ações.
  - III. A cumulação de causas de pedir implica em cumulação de ações e impõe ao juiz, para rejeitar a pretensão, o exame de cada causa de pedir.
  - IV. Acumulação de pedidos é forma de cumulação objetiva de ações só admissível quando os pedidos forem logicamente compatíveis entre si.
- a) Somente as proposições I e II estão corretas.
  - b) Somente as proposições II e III estão corretas.
  - c) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
  - d) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
  - e) Somente as proposições III e IV estão corretas.

**20ª Questão:** Assinale a alternativa correta:

- a) Se o autor desistir da ação quanto a algum réu ainda não citado, o prazo para a resposta correrá da intimação do despacho que deferir a desistência.
- b) A contestação e a ação declaratória incidental serão oferecidas simultaneamente, em peças autônomas.
- c) Os autos serão remetidos para o juízo competente, para que lá o feito prossiga e seja julgado quando for reconhecida a incompetência, suspeição ou impedimento.
- d) A reconvenção dispensa a conexão com o pedido principal ou com a defesa; na hipótese, porém, de haver conexão, serão julgados, pedido principal e reconvenção em uma só sentença, não o sendo, em caso contrário.
- e) Com a desistência da ação, a reconvenção também será extinta

**21ª Questão:** Observadas as proposições a seguir, assinale a alternativa correta:

- I. São hipóteses de confissão ficta a revelia, quando em discussão direitos disponíveis, a recusa de comparecimento da parte intimada para depoimento pessoal e a não exibição de coisa ou documento ordenada.
  - II. Questões prejudiciais externas implicam invariavelmente em suspensão do processo.
  - III. A questão prejudicial interna simples não sujeita sua resolução à autoridade de coisa julgada.
  - IV. A ação declaratória incidental pode ser proposta pelo autor, na réplica.
- a) Somente as proposições I e II estão corretas.
  - b) Somente as proposições II e III estão corretas.
  - c) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
  - d) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
  - e) Somente as proposições III e IV estão corretas.

**22ª Questão:** Examine as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:



- I. Apesar do princípio da persuasão racional, a prova testemunhal não deve ser admitida se já houver, no processo, prova documental sobre o ponto.
- II. A prova pericial somente pode ser apresentada mediante laudo, peça escrita elaborada pelo perito e assinada por ele e pelos assistentes técnicos.
- III. A própria parte não pode funcionar como assistente técnico.
- IV. A inspeção judicial não pode ocorrer a qualquer tempo, devendo suceder a audiência preliminar e anteceder a audiência de instrução e julgamento.
- a) Somente as proposições I e II estão corretas.
- b) Somente as proposições II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições I e III estão corretas.
- d) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- e) Somente as proposições III e IV estão corretas

**GABARITO**

<b>12 D</b>	<b>13 A</b>	<b>14 D</b>	<b>15 D</b>	<b>16 A</b>	<b>17 E</b>	<b>18 A</b>	<b>19 B</b>	<b>20 A</b>	<b>21</b> <b>Anulada</b>	<b>22 C</b>
-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-----------------------------	-------------

**PROVA DE 2015**

**15.** Examine os enunciados seguintes, concernentes aos poderes do relator, no julgamento dos recursos:

- I. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.
- II. Se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, o relator determinará o retorno dos autos à Comarca de origem, para retratação; não a havendo, dará provimento ao recurso.
- III. O relator poderá, a requerimento do agravante, nos casos de prisão civil, adjudicação, remição de bens, levantamento de dinheiro sem caução idônea e em outros casos dos quais possa resultar lesão grave e de difícil reparação, sendo relevante a fundamentação, suspender o cumprimento da decisão até o pronunciamento definitivo da turma ou câmara.

É correto o que se afirma **APENAS** em

- (A) II.
- (B) I e III.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) III.

**16.** Analise os enunciados seguintes, relativos à competência interna:



I. A ação fundada em direito pessoal e a ação fundada em direito real sobre bens móveis serão propostas, em regra, no foro do domicílio do autor.

II. Quando o réu não tiver domicílio nem residência no Brasil, a ação será proposta no foro do domicílio do autor; se este também residir fora do Brasil, a ação será proposta em qualquer foro.

III. Nas ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro da situação da coisa. Pode o autor, entretanto, optar pelo foro do domicílio ou de eleição, não recaindo o litígio sobre direito de propriedade, vizinhança, servidão, posse, divisão e demarcação de terras e nunciação de obra nova.

IV. O foro do domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade e todas as ações em que o espólio for réu, salvo se o óbito houver ocorrido no estrangeiro.

É correto o que se afirma APENAS em

(A) I, II e IV.

(B) I, III e IV.

(C) II e III.

(D) II, III e IV.

(E) I e III.

**17.** Filipe propõe ação reintegratória contra seu vizinho, Nicolas, alegando ter ele invadido parte de seu imóvel rural, ao reavivar antigos marcos divisórios. Nicolas ingressa no feito argumentando que se encontra no imóvel na qualidade de caseiro e não de proprietário, apontando Igor como dono da terra, a quem requer seja introduzido no processo em seu polo passivo. Esta conduta de Nicolas caracteriza a figura da

(A) assistência.

(B) denúncia da lide.

(C) substituição processual.

(D) chamamento ao processo.

(E) nomeação à autoria.

**18.** Estabelece o *caput* do artigo 511 do CPC que “No ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção”. Esta regra, se descumprida, implicará:

(A) improvimento recursal.

(B) preclusão consumativa.

(C) preclusão temporal.

(D) preclusão lógica.

(E) perempção.

**19.** Em relação à prova processual,

(A) é lícito à parte inocente provar com testemunhas, nos contratos em geral, os vícios do consentimento, e nos contratos simulados, a divergência entre a vontade real e a vontade declarada.



- (B) a prova documental é produzida sempre por escrito, tendo como suporte material qualquer tipo de papel no qual seja possível a inserção de conteúdo.
- (C) o depoimento pessoal é indelegável, devendo a parte prestá-lo sempre pessoalmente, defeso que terceiros possam fazê-lo.
- (D) em regra, toda prova é divisível, podendo a parte aproveitar o que lhe é favorável e descartar o que não a beneficia.
- (E) somente a confissão judicial gera efeitos jurídicos e é considerada meio de prova.

**20.** No tocante às normas processuais civis, examine os enunciados seguintes:

I. Quanto ao seu grau de obrigatoriedade, pode-se afirmar que o direito processual civil é composto

preponderantemente por regras cogentes, imperativas ou de ordem pública, que não podem ter sua incidência afastada pela vontade das partes.

II. No que tange ao direito intertemporal, normalmente são aplicáveis as normas processuais que estão em vigor no momento da prática dos atos no processo, não as que vigoravam na época em que se passaram os fatos da causa.

III. Relativamente aos títulos executivos extrajudiciais, vale a regra que vigorava quando o ato extrajudicial foi praticado e não a regra do momento do ajuizamento da ação executiva.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) III.
- (B) II e III.
- (C) I e III.
- (D) I e II.
- (E) II.

**21.** No tocante aos recursos:

(A) em regra, a apelação deve ser recebida somente no efeito devolutivo, para possibilitar a execução provisória do julgado.

(B) em nosso sistema processual civil, em nenhuma hipótese pode ser alterada para pior a situação jurídica de quem recorre.

(C) só ocorre o efeito devolutivo recursal quando a matéria a ser reexaminada pelo Poder Judiciário for devolvida para um órgão jurisdicional superior àquele de que emanou a decisão.

(D) entre outros, são efeitos recursais obstar a ocorrência da preclusão e a formação da coisa julgada, ao menos em relação à parte da decisão de que se está recorrendo.

(E) o único recurso que admite juízo de retratação é o agravo, retido ou de instrumento.

**22.** Enunciado sumular correto, em matéria processual:

(A) A liquidação por forma diversa da estabelecida na sentença ofende a coisa julgada.

(B) O instrumento de confissão de dívida, salvo se originário de contrato de abertura de crédito, constitui título executivo extrajudicial.

(C) Formulado pedido certo e determinado, somente o autor tem interesse recursal em



arguir o vício da sentença ilícida.

(D) É incabível ação monitória contra a Fazenda Pública, mas admissível se fundada em cheque prescrito.

(E) É provisória a execução de título extrajudicial, desde que pendente apelação contra sentença que julgue improcedentes os embargos.

**23.** Ada está atrasada no pagamento das despesas mensais ordinárias de condomínio. Este propõe ação de cobrança contra Ada, tendo sido pedidas apenas as parcelas vencidas, sem qualquer menção às parcelas vincendas, nem a juros ou correção monetária. Nessas condições, o juiz

(A) em obediência ao princípio da adstrição ou congruência, seguirá estritamente o que foi pedido pelo autor, sem acréscimo de nenhuma espécie, salvo anuência expressa da ré até ao saneamento do processo.

(B) ciente de que não pode ampliar os pedidos, o que configuraria julgamento *ultra petita*, não incluirá as parcelas vincendas nem os juros legais, acrescentando apenas a correção monetária por se tratar de mera atualização do valor nominal da moeda.

(C) ciente de que os pedidos interpretam-se restritivamente, não poderá incluir as parcelas vincendas, por ausência de previsão legal, embora inclua os juros legais e a correção monetária, por força de lei.

(D) considerará todas as verbas incluídas, uma vez que os pedidos interpretam-se ampliativamente.

(E) embora ciente de que os pedidos interpretam-se restritivamente, considerará incluídas as parcelas vincendas, por consistirem em prestações periódicas, bem como acrescerá ao principal os juros legais e a correção monetária.

**24.** Quanto aos recursos das sentenças nos Juizados Especiais Cíveis, é INCORRETO afirmar:

(A) caberão embargos de declaração quando houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida.

(B) terão eles, em regra, efeito devolutivo e suspensivo.

(C) as partes, na fase recursal, serão obrigatoriamente representadas por advogado.

(D) serão julgados por uma turma composta por três juízes togados, em exercício no primeiro grau de

jurisdição, reunidos na sede do Juizado.

(E) interpostos embargos de declaração, estes suspenderão o prazo para recursos.

**25.** Examine o seguinte artigo de lei: “Cabe à parte propor a ação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da efetivação da medida cautelar, quando esta for concedida em procedimento preparatório”. De acordo com entendimento sumulado do STJ, a falta de propositura da ação nesse prazo de trinta dias acarretará:

(A) nenhuma consequência processual, por se tratar de ato discricionário da parte beneficiada pela concessão da medida liminar.



- (B) a perda da eficácia da liminar deferida, somente, prosseguindo o processo cautelar em seus ulteriores termos.
- (C) a perda da eficácia da liminar deferida e a extinção do processo cautelar.
- (D) a impossibilidade jurídica do ajuizamento posterior da ação principal, por perda do objeto e pela ausência de interesse processual de agir.
- (E) a manutenção da eficácia da liminar deferida, condicionada porém à prestação de caução real ou fidejussória a ser determinada pelo juiz.

**26.** No curso do processo, Ana Paula requer a produção de prova pericial, por se tratar de ação na qual se discute perda ou redução de capacidade laborativa para fins securitários privados. O juiz indefere o pedido, argumentando que prova médica realizada extrajudicialmente pela seguradora é suficiente, em razão do que o advogado de Ana Paula impetra mandado de segurança, por considerar ferido seu direito líquido e certo à perícia. O Tribunal deverá

- (A) indeferir a inicial da impetração, porque inexistente na hipótese a possibilidade jurídica do pedido.
- (B) julgar Ana Paula carecedora da segurança, por ser hipótese de interposição de agravo de instrumento, ao qual é possível a concessão excepcional de efeito suspensivo, tornando desnecessária a impetração e, por tanto, estando ausente o interesse processual de agir.
- (C) conceder a segurança, porque a hipótese é de perícia necessária e, assim, foi ferido o direito de Ana Paula à produção da prova pleiteada.
- (D) não conceder a segurança, no mérito, porque a prova destina-se ao juiz e, assim, poderia ter sido indeferida livremente pelo Magistrado, com base no princípio da livre convicção motivada.
- (E) conceder a segurança, porque embora cabível agravo de instrumento à hipótese, trata-se de recurso que no caso não possui efeito suspensivo, a ser obtido somente por meio da impetração.

15- B	16-C	17-E	18-B	19-A	20-D	21-D	22-C	23-E	24-B	25-C	26-B
-------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------